

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

ATIVO	Notas	31/12/13	31/12/12 (Reapresentado)	01/01/12 (Reapresentado)
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5	271.382	124.924	154.560
Contas a receber de clientes e outros	6	226.435	241.643	209.097
Títulos e valores mobiliários	7	7.371	12.982	17.452
Recursos CDE	8	6.666	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	9	62.523	55.320	21.115
Estoques		2.634	2.647	2.913
Despesas pagas antecipadamente		4.993	2.183	1.269
Entidade de previdência privada	10	399	399	399
Serviços em curso	11	6.523	10.967	10.957
Outros ativos circulantes	15	8.990	6.950	4.530
TOTAL DO CIRCULANTE		597.916	458.015	422.292
NÃO CIRCULANTE				
Contas a receber de clientes e outros	6	184.080	200.023	224.410
Impostos e contribuições a recuperar	9	13.575	12.220	10.779
Impostos e contribuições diferidos	12	118.524	128.940	124.960
Depósitos judiciais	13	21.672	21.903	18.921
Entidade de previdência privada	10	4.549	4.327	2.477
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	14	283.476	226.074	102.113
Outros ativos não circulantes	15	2.513	822	375
Investimentos		1.456	1.572	1.163
Intangível	16	652.043	596.174	626.600
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.281.888	1.192.055	1.111.798
TOTAL DO ATIVO		1.879.804	1.650.070	1.534.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/13	31/12/12	01/01/12
			(Reapresentado)	(Reapresentado)
CIRCULANTE				
Fornecedores	17	143.680	133.354	82.739
Empréstimos e financiamentos	18	49.327	67.143	50.353
Debêntures	19	36.587	36.578	37.065
Salários e encargos a pagar	20	9.669	10.120	8.037
Taxas regulamentares	21	9.014	13.323	13.972
Impostos e contribuições a recolher	22	46.957	50.880	47.321
Dividendos e juros sobre capital próprio	23	41.659	50.792	5.909
Provisões	24	11.548	11.275	6.415
Outros passivos circulantes	25	29.038	26.967	16.640
TOTAL DO CIRCULANTE		377.479	400.432	268.451
NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores	17	15.604	17.306	9.016
Empréstimos e financiamentos	18	569.754	450.033	446.178
Debêntures	19	-	36.299	72.475
Taxas regulamentares	21	110	475	3.127
Provisões	24	25.708	20.264	22.384
Outros passivos não circulantes	25	2.978	3.546	5.327
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		614.154	527.923	558.507
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26			
Capital social		179.787	179.787	179.787
Reservas de capital		266.766	266.766	266.766
Reservas de lucros		267.963	275.477	183.089
Outros resultados abrangentes		(4)	(315)	7.620
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		173.659	-	132.486
Lucro / Prejuízo acumulado		-	-	(62.616)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		888.171	721.715	707.132
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.879.804	1.650.070	1.534.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

	<u>Notas</u>	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u> (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	27	1.383.176	1.418.335
CUSTO DO SERVIÇO	28	(1.017.704)	(1.039.307)
LUCRO BRUTO		365.472	379.028
Despesas com vendas	28	(61.713)	(69.151)
Despesas gerais e administrativas	28	(91.739)	(71.349)
LUCRO OPERACIONAL		212.020	238.528
Resultado financeiro		29.128	(12.849)
Receitas financeiras	29	107.457	91.516
Despesas financeiras	29	(78.329)	(104.365)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		241.148	225.679
Imposto de renda e contribuição social		(33.479)	(27.663)
Corrente	12	(54.541)	(74.812)
Diferido	12	(12.421)	14.097
Imposto de renda - SUDENE	12	41.520	41.386
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL		(8.037)	(8.334)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		207.669	198.016
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO			
ON		1,2080336	1,1518779
PNA		1,3288370	1,2670657
PNB		1,3288370	1,2670657

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
Lucro líquido do período	207.669	198.016
Outros resultados abrangentes do período		
Ganho atuarial plano (BD)/(CD)	(7)	(478)
Tributos s/ ajustes ativos financeiros e ganhos atuariais	<u>3</u>	<u>163</u>
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos efeitos tributários	(4)	(315)
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	<u>207.665</u>	<u>197.701</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

	Reservas de capital					Reservas de lucros					Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Outras reservas de capital	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Outras reservas de lucros				
Em 31 de dezembro de 2011 (Reapresentado)	179.787	4.648	179.315	82.428	375	146.984	35.957	-	-	149	7.620	(62.616)	132.486	707.133
Aprovação da proposta de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(132.486)	(132.486)
Transações de capital com os sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(132.486)	(132.486)
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	198.016	-	198.016
Ganhos líquidos sobre ativos atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(315)	-	-	(315)
Destinações:														-
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	-	43.340	-	-	-	-	-	(43.340)	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	27.623	-	-	-	(27.623)	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	21.424	-	(7.620)	(13.804)	-	-
Juros sobre capital próprio (Nota 23)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.195)	-	(36.195)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.438)	-	(14.438)
Em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	179.787	4.648	179.315	82.428	375	190.324	35.957	27.623	21.424	149	(315)	-	-	721.715
Reversão de dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-	-	13
Distribuição de Reserva de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	(27.623)	(21.424)	-	-	-	49.047	-
Transações de capital com os sócios	-	-	-	-	-	-	-	(27.623)	(21.424)	13	-	-	49.047	13
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	207.669	-	207.669
Ganhos líquidos sobre ativos atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	311	-	-	311
Destinações:														-
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	-	41.520	-	-	-	-	-	(41.520)	-	-
Juros sobre capital próprio (Nota 23)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.949)	-	(38.949)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.588)	-	(2.588)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(124.612)	124.612	-
Em 31 de dezembro de 2013	179.787	4.648	179.315	82.428	375	231.844	35.957	-	-	162	(4)	-	173.659	888.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u> (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do período antes do imposto renda e contribuição social	241.148	225.679
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização (*)	63.966	52.231
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	56.311	61.509
Valor justo do ativo financeiro da concessão	(14.866)	20.453
Valor residual do ativo intangível baixado	21.443	15.795
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	2.271	(288)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.981)	8.832
	360.292	384.211
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	41.132	(16.991)
IR e CSLL a recuperar	2.919	5.370
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	8.846	(39.943)
Estoques	13	266
Recursos CDE	(6.666)	-
Depósitos judiciais	725	(3.566)
Despesas pagas antecipadamente	(2.810)	(914)
Entidade de previdência privada	(222)	(1.850)
Outros ativos	(32.944)	(8.100)
	10.993	(65.728)
REDUÇÃO DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	8.624	58.905
Salários e encargos a pagar	(451)	2.083
Encargos de dívidas e swap pagos	(77.845)	(48.085)
Taxas regulamentares	(4.674)	(3.301)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(33.378)	(34.533)
Impostos e contribuições sociais a recolher, exceto IR e CSLL	(3.889)	3.593
Outros passivos	1.503	8.546
	(110.110)	(12.792)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	261.175	305.691
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	116	(409)
Aquisição de intangível	(179.632)	(176.085)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	-	(114.937)
Resgate de títulos e valores mobiliários	6.501	120.513
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(173.015)	(170.918)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	288.552	46.921
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(162.989)	(38.673)
Amortização do principal de debêntures	(36.352)	(36.352)
Obrigações vinculadas	19.756	1.931
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(50.669)	(138.236)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	58.298	(164.409)
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	146.458	(29.636)
Caixa e equivalentes no início do período	124.924	154.560
Caixa e equivalentes no final do período	271.382	124.924
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	146.458	(29.636)

(*) Valor bruto, não deduzidos os créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u> (Reapresentado)
Receitas		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	1.887.960	1.995.094
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.149)	(16.514)
Valor residual ativo baixado	(1.100)	(4.319)
	1.880.711	1.974.261
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(739.523)	(670.598)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(61.211)	(105.836)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(307.991)	(321.997)
	(1.108.725)	(1.098.431)
Valor adicionado bruto	771.986	875.830
Amortização (*)	(63.966)	(52.231)
Valor adicionado líquido	708.020	823.599
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	107.457	91.516
Valor adicionado total a distribuir	815.477	915.115
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	39.838	39.576
Encargos sociais (exceto INSS)	9.849	9.350
Entidade de previdência privada	2.906	(296)
Auxílio alimentação	4.854	4.521
Convênio assistencial e outros benefícios	3.803	3.577
Despesas com desligamento	3.670	1.784
Férias e 13º salário	7.608	6.540
Plano de saúde	2.523	2.058
Indenizações trabalhistas	1.774	9
Participação nos resultados	7.416	5.399
Administradores	1.845	2.345
Encerramento de ordem em curso	115	192
(-) Transferência para ordens	(21.468)	(20.315)
	64.733	54.740
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	9.353	8.776
ICMS	313.749	330.314
PIS/COFINS sobre faturamento	81.337	105.117
Imposto de renda e contribuição social	33.479	27.663
Obrigações intra-setoriais	24.623	83.794
Outros	1.602	1.692
	464.143	557.356
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	73.250	95.654
Aluguéis	603	637
Outros	5.079	8.712
	78.932	105.003
Remuneração de Capitais Próprios		
Juros sobre capital próprio	38.949	36.195
Dividendos distribuídos	2.588	14.438
Dividendos propostos	124.612	-
Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	41.520	43.340
Reserva de retenção de lucro	-	90.239
Reserva de Lucros a Realizar	-	13.804
	207.669	198.016
Valor adicionado distribuído	815.477	915.115

(*) Valor bruto, não deduzidos os créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN (“COSERN” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, registrada na BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e controlada pela Neoenergia S.A., (“NEOENERGIA”) é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia relacionada com atividades no âmbito do Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Rua Mermoz, 150, Baldo, Natal – Rio Grande do Norte.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo uma área de 53 mil Km², outorgada pelo Decreto de 30 de dezembro de 1997 e regulada pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº. 08, firmado em 31 de dezembro de 1997 com vigência até 31 de dezembro de 2027.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado do Rio Grande do Norte, desde 2003.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 – Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 – Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Faturada

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas.

b) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada visando adequar as leituras ao período de competência referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

c) Receita de construção

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

d) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social (“IR e CS”) são de 25% e 9%, respectivamente.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

A Companhia tem direito a redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal Sudene), calculada com base no lucro da exploração (vide nota explicativa nº. 26).

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferido passivo é integralmente reconhecido. O reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido ativo ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Avaliação dos impactos da Medida Provisória 627

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial.

A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a não adoção antecipada pode resultar em ajustes, especialmente relacionados com juros sobre capital próprio e dividendos pagos excedentes ao Lucro tributável. A Administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

2.5 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 – Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros, títulos e valores mobiliários e ativo financeiro da concessão do serviço público.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas do valor justo não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos, e derivativos classificados como valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem derivativos.

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.7 – Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia firma contratos derivativos de swap com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais e nas taxas de juros.

A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos (vide nota explicativa nº. 32).

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo desses derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, no resultado financeiro.

2.8 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.9 - Contas a receber de clientes e outros

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios, energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão representados líquidos da provisão para crédito de liquidação duvidosa – PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

2.10 - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas-base das demonstrações financeiras, equivalentes ao seu valor justo.

2.11 – Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

2.12 – Outros investimentos

Representam investimentos em quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

2.13 – Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e que não serão amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, ICPC 17 – Contratos de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC – 05 – Contratos de Concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A atualização monetária do ativo financeiro incide apenas sobre a base blindada, é reconhecida no resultado e efetuada mensalmente considerando a atualização pelo IGPM, como forma de distribuir linearmente ao longo do exercício o reajuste da denominada Base Tarifária, que é corrigida anualmente por esse índice. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas no resultado. Na data da revisão tarifária da Companhia, que ocorre a cada cinco anos (próxima revisão prevista para abril de 2018), o ativo financeiro, base incremental, poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

2.14 – Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº.s 553 de 12 de novembro de 2008, 677 de 13 de dezembro de 2011 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o pronunciamento técnico CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, as Interpretações técnicas ICPC 01 (R1)– Contratos de Concessão, ICPC 17 Contratos de Concessão: Evidenciação e a orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente (vide nota explicativa nº. 16).

2.15 - Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Essa avaliação é efetuada com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado, com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.16 – Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações em moeda nacional e estrangeira são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infraestrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme disposições das Deliberações CVM nº.s 553 de 12 de novembro de 2008 e 672 de 20 de outubro de 2011, que aprovaram, respectivamente, os CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

2.17 – Taxas regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual. (Vide nota explicativa nº. 21). A partir de 1º de janeiro de 2013, a Lei nº 12.783 extinguiu a arrecadação do RGR.

b) Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Lei nº 12.783 extinguiu a arrecadação do CCC.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Lei nº 12.783 reduziu em 75% a arrecadação da CDE.

d) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar anualmente 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

f) Encargo do Serviço do Sistema (ESS)

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

2.18 - Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

2.19 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25– Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICPC 08 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação da reserva legal. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º. da Lei nº. 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia.

2.20 – Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM nº. 600, de 7 de outubro de 2009. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos no resultado do exercício.

2.21 – Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

2.22 – Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

2.23 – Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.24 – Questões ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os “condicionantes ambientais” exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. Nesse particular, estão enquadrados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – IDEMA, este na esfera estadual, e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, no âmbito municipal.

Os “condicionantes ambientais” correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONGs e outros entes que promovem a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

2.25 – Segmento de negócios

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por segmento, correspondente ao IFRS 8 – Operating segments, segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

2.26 - Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa (“CPC 03”). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado (“CPC 09”).

2.27 - Novos Pronunciamentos Contábeis

2.27.1 Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2013

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 1º de janeiro de 2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - aprovado pela Deliberação CVM Nº 696, de 13 de dezembro de 2012 (Aprovação do CFC em 25 de janeiro de 2013). A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a Empregados - aprovado pela Deliberação CVM Nº 695, de 13 de dezembro de 2012 (Aprovação pelo CFC em 30 de janeiro de 2013). A revisão desta norma engloba alterações como a remoção do mecanismo do corredor, o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano e esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações. Esta revisão entrou em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou os impactos da adoção dessas emendas sobre as demonstrações financeiras e procedeu aos ajustes aplicáveis (Vide nota 2.28 a seguir).

CPC 36 (R3) / IFRS 10 (IASB - BV 2012) - Demonstrações Consolidadas – aprovado pela Deliberação CVM Nº 698 de 20 de dezembro de 2012 (Aprovação pelo CFC em 30 de janeiro de 2013). A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 44 - Demonstrações Combinadas - aprovado pela Deliberação CVM Nº 708, de 2 de maio de 2013. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 45 / IFRS 12 (IASB - BV 2012) - Divulgação de Participações em Outras Entidades- aprovado pela Deliberação CVM N° 697, de 13 de dezembro de 2012 (Aprovado pelo CFC em 25 de janeiro de 2013) . A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 46/IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - aprovado pela Deliberação CVM N° 699, de 20 de dezembro de 2012 (Aprovado pelo CFC em 25 de janeiro de 2013). A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

OCPC 06 - Apresentação de Informações Financeiras Pro forma – aprovado pela Deliberação CVM N° 709 de 02 de maio de 2013. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

2.28 – Reapresentação dos valores correspondentes

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes aos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 e as informações contábeis relativas às demonstrações do resultado do exercício, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados estão sendo reapresentados, de forma a demonstrar os ajustes decorrentes dos seguintes assuntos:

- (a) Aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados aprovado pela Deliberação CVM N° 695, de 13 de dezembro de 2012.

Os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil englobam o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial.

- (b) Correção de erro na apropriação de custos aos ativos vinculados à infraestrutura da concessão.

Em decorrência do processo de Revisão Tarifária Periódica, a Companhia realizou uma revisão dos custos não considerados pela ANEEL na determinação da Base de Remuneração Regulatória – BRR utilizada para fins de definição tarifária, visando validar a pertinência dos registros contábeis à luz das regras societárias.

Após essa revisão constatou-se que alguns gastos foram capitalizados como ativos sem terem aderência às disposições contidas no CPC 27 e CPC 04, que estabelecem os critérios de reconhecimento de ativo imobilizado e intangível, respectivamente. Em decorrência dessa revisão a Companhia procedeu aos ajustes retrospectivos dos registros contábeis indevidos, conforme dispõe o CPC 23 – Retificação de Erro.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ajustes decorrentes da correção dos erros identificados impactaram na reversão dos gastos capitalizados indevidamente no ativo financeiro e intangível, estorno da atualização monetária sobre o ativo financeiro e da amortização acumulada dos montantes classificados como ativo intangível, e no aumento das despesas nos períodos em que as mesmas incorreram, líquidos dos efeitos tributários e que foram ajustados contra lucros acumulados no balanço de abertura.

(c) Correção de erro no reconhecimento do diferencial de energia comercializada proveniente da Eletronuclear.

A Lei nº 12.111 de 09/12/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear e estabeleceu que o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 fosse rateado entre todas as distribuidoras.

A Resolução homologatória nº 1.406 de 21/12/2012 definiu os valores do diferencial a ser pago à Eletronuclear por cada distribuidora nos anos de 2013 a 2015 e estabeleceu a cobertura tarifária por meio de um componente financeiro a ser considerado nos processos tarifários.

Esse custo de energia adicional no montante de R\$ 10.525 foi reconhecido em 31 de dezembro de 2012.

(d) Reclassificações para melhor apresentação

- ✓ Reclassificação dos créditos a receber referente ao Subsídio baixa renda do grupo de Outros ativos circulantes para Contas a receber;
- ✓ Os gastos relativos aos Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética apropriados como serviços próprios e em curso estão sendo apresentados líquidos dos recursos disponíveis para aplicação nesses programas, no grupo de Taxas Regulamentares;
- ✓ Reclassificação de títulos e valores mobiliários para apresentação de empréstimos e financiamentos líquidos das garantias vinculadas;
- ✓ Os impostos diferidos representam as diferenças temporárias determinadas pela comparação entre os valores contábeis de ativos e passivos, conforme orientação CPC 32;
- ✓ Reclassificação de Encargo Serviço Sistema de Energia elétrica comprada para revenda para Encargo de uso da rede.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir estão apresentados os efeitos desses ajustes sobre os saldos divulgados em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2012:

Balancos patrimoniais de 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012.

Balanco Patrimonial						
Ref.	31/12/2012 Publicado	CPC 33 (R1)	RH 1406/12 Energia Eletronuclear	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	31/12/2012 Reapresentado
ATIVO						
CIRCULANTE	458.015	-	-	-	-	458.015
NÃO CIRCULANTE						
Impostos e contribuições diferidos	(a)/(b)/(c) 108.599	173	1.625	18.543	-	128.940
Entidade de previdência privada	(a) 4.815	(488)	-	-	-	4.327
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(b) 320.911	-	-	(94.837)	-	226.074
Intangível	(b) 621.452	-	-	(25.278)	-	596.174
Outros ativos não circulantes	236.540	-	-	-	-	236.540
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	1.292.317	(315)	1.625	(101.572)	-	1.192.055
TOTAL DO ATIVO	1.750.332	(315)	1.625	(101.572)	-	1.650.070
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	(c)/(d) 118.659	-	3.508	-	11.187	133.354
Outros passivos circulantes	(d) 278.265	-	-	-	(11.187)	267.078
TOTAL DO CIRCULANTE	396.924	-	3.508	-	-	400.432
Fornecedores	10.289	-	7.017	-	-	17.306
Outros passivos não circulantes	510.617	-	-	-	-	510.617
NÃO CIRCULANTE	520.906	-	7.017	-	-	527.923
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Reservas de lucros	(c)/(d) 385.949	-	(8.900)	(101.572)	-	275.477
Outros resultados abrangentes	(a) -	(315)	-	-	-	(315)
Outros PL	446.553	-	-	-	-	446.553
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	832.502	(315)	(8.900)	(101.572)	-	721.715
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.750.332	(315)	1.625	(101.572)	-	1.650.070

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balço Patrimonial						
Ref.	01/01/2012 Publicado	CPC 33 (R1)	RH 1406/12 Energia Eletronuclear	Base de Remunerao Regulatria	Reclassificaes para melhor apresentao	01/01/2012 Reapresentado
ATIVO						
CIRCULANTE						
Contas a receber de clientes e outros	(d)	207.846	-	-	1.251	209.097
Servios em curso	(d)	37.289	-	-	(26.332)	10.957
Outros ativos circulantes	(d)	203.489	-	-	(1.251)	202.238
TOTAL DO CIRCULANTE		448.624	-	-	(26.332)	422.292
NÃO CIRCULANTE						
Titulos e valores mobiliarios	(d)	28.701	-	-	(28.701)	-
Impostos e contribuies diferidos	(b)/(d)	39.698	-	11.431	73.831	124.960
Beneficio fiscal - agio incorporado da controladora	(d)	103.730	-	-	(103.730)	-
Concessao do servio pblico (ativo financeiro)	(b)	144.781	-	(42.668)	-	102.113
Intangivel	(b)	657.979	-	(31.379)	-	626.600
Outros ativos noo circulantes		258.125	-	-	-	258.125
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.233.014	-	(62.616)	(58.600)	1.111.798
TOTAL DO ATIVO		1.681.638	-	(62.616)	(84.932)	1.534.090
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Fornecedores		82.739	-	-	-	82.739
Taxas regulamentares	(d)	40.304	-	-	(26.332)	13.972
Outros passivos noo circulantes		171.740	-	-	-	171.740
TOTAL DO CIRCULANTE		294.783	-	-	(26.332)	268.451
NÃO CIRCULANTE						
Emprstimos e financiamentos	(d)	474.879	-	-	(28.701)	446.178
Impostos e contribuies diferidos	(d)	29.899	-	-	(29.899)	-
Outros passivos noo circulantes	(d)	112.329	-	-	-	112.329
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		617.107	-	-	(58.600)	558.507
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Reservas de lucros		183.089	-	-	-	183.089
Outros resultados abrangentes		7.620	-	-	-	7.620
Prejuizo acumulado	(b)	-	-	(62.616)	-	(62.616)
Outros PL		579.039	-	-	-	579.039
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		769.748	-	(62.616)	-	707.132
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.681.638	-	(62.616)	(84.932)	1.534.090

Os referidos ajustes no produziram impacto nos demais saldos do ativo (circulante e noo circulante), passivo (circulante e noo circulante).

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações do Resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

	Ref	31/12/2012			
		Publicado	RH 1406/12 Energia Eletronuclear	Base de Remuneração Regulatória	Reapresentado
RECETA LÍQUIDA		1.418.335	-	-	1.418.335
CUSTO DO SERVIÇO	(b)/(c)	(1.016.848)	(10.525)	(11.934)	(1.039.307)
LUCRO BRUTO		401.487	(10.525)	(11.934)	379.028
Despesas com vendas		(69.151)	-	-	(69.151)
Despesas gerais e administrativas		(71.349)	-	-	(71.349)
LUCRO OPERACIONAL		260.987	(10.525)	(11.934)	238.528
Resultado financeiro		21.285	-	(34.134)	(12.849)
Receitas financeiras	(b)	99.919	-	(8.404)	91.515
Despesas financeiras	(b)	(78.634)	-	(25.730)	(104.364)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		282.272	(10.525)	(46.068)	225.679
Imposto de renda e contribuição social		(36.400)	1.625	7.112	(27.663)
Corrente		(74.812)	-	-	(74.812)
Diferido	(b)/(c)	3.406	3.579	7.112	14.097
Imposto de renda - SUDENE	(c)	43.340	(1.954)	-	41.386
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL		(8.334)	-	-	(8.334)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		245.872	(8.900)	(38.956)	198.016

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido referentes a 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2012.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido							
Em 01/01/12							
	Capital social	Reservas de capital	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de distribuição de dividendos	Total do patrimônio líquido
Saldo publicado	179.787	266.766	183.089	7.620	-	132.486	769.748
Base de Remuneração Regulatória - BRR	-	-	-	-	(62.616)	-	(62.616)
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado	179.787	266.766	183.089	7.620	(62.616)	132.486	707.132

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido							
Em 31/12/12							
	Capital social	Reservas de capital	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de distribuição de dividendos	Total do patrimônio líquido
Saldo publicado	179.787	266.766	385.949	-	-	-	832.502
Efeitos CPC 33 (R1)	-	-	-	(315)	-	-	(315)
Base de Remuneração Regulatória - BRR	-	-	(101.572)	-	-	-	(101.572)
RH 1406/12 Energia Eletronuclear	-	-	(8.900)	-	-	-	(8.900)
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado	179.787	266.766	284.377	(315)	-	-	721.715

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

	Demonstração do Fluxo de Caixa			
	31/12/12			
	Publicado (Reclassificado*)	RH 1406/12 Energia Eletronuclear	Base de Remuneração Regulatória	(Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	390.652	(10.525)	4.084	384.211
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS	(63.632)	-	(4.084)	(67.716)
REDUÇÃO DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	(21.329)	10.525	-	(10.804)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	305.691	-	-	305.691
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(170.918)	-	-	(170.918)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(164.409)	-	-	(164.409)
AUMENTO/REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(29.636)	-	-	(29.636)
Caixa e equivalentes no início do período	154.560	-	-	154.560
Caixa e equivalentes no final do período	124.924	-	-	124.924
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(29.636)	-	-	(29.636)

(*) Contempla as reclassificações para melhor apresentação

Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

	Ref.	Demonstração do valor adicionado			
		31/12/12			
		Publicado (Reclassificado*)	RH 1406/12 Energia Eletronuclear	Base de Remuneração Regulatória	Reapresentado
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR					
Energia elétrica comprada para revenda	(b)/(c)	(660.073)	(10.525)	-	(670.598)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(b)	(306.913)	-	(15.084)	(321.997)
Amortização	(b)	(55.382)	-	3.151	(52.231)
Receitas financeiras	(b)	99.919	-	(8.403)	91.516
Outros		1.868.425	-	-	1.868.425
TOTAL VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		945.976	(10.525)	(20.336)	915.115
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Imposto de renda e contribuição social	(b)/(c)	36.400	(1.625)	(7.112)	27.663
Juros e variações cambiais	(b)	69.922	-	25.732	95.654
Lucro / Prejuízo do período	(b)/(c)	245.872	(8.900)	(38.956)	198.016
Outros		593.782	-	-	593.782
TOTAL VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		945.976	(10.525)	(20.336)	915.115

(*) Contempla as reclassificações para melhor apresentação

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

3.1 - Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e efetuou os ajustes necessários (vide nota explicativa nº 2.28).

3.2 - Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

(a) Bifurcação dos bens da concessão do serviço público – ativo financeiro indenizável e ativo intangível

A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final do contrato de concessão, com direito de recebimento integral de indenização pelo poder concedente, sobre os investimentos ainda não amortizados e estimou o ativo financeiro indenizável oriundo da concessão, considerando os investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, sendo tais montantes classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor novo de reposição) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos clientes.

Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo valor novo de reposição ao final da concessão. Essa determinação impactou a base de formação dos ativos que possuem cláusula de indenização prevista no contrato de concessão, norteados pela ICPC-01(IFRIC-12).

(b) Contratos de construção

Em atendimento ao CPC 17 e ICPC 01, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura, considerando que no negócio de distribuição de energia elétrica no Brasil não há margem nos serviços de construção.

Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, já que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na Base de Remuneração Regulatória da Sociedade. A atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica, não sendo prevista, na estrutura tarifária, a remuneração com margem diferente de zero, sobre os serviços de construção.

(c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(d) Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

(f) Benefícios pós-emprego

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

4. TERCEIRO CICLO DE REVISÃO TARIFÁRIA E REAJUSTE TARIFÁRIO

O Contrato de Concessão nº 08/97, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Cosern define a data de 22/04/2013 para a realização da terceira revisão tarifária periódica (3CRTP).

As metodologias aplicáveis ao 3CRTP foram definidas nos Módulos 2 e 7 do PRORET que tratam, respectivamente, do cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária aplicável. Ambos os módulos foram aprovados em novembro de 2011 por meio das Resoluções ANEEL nºs 457/2011 e 464/2011.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.512 de 16 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 de abril de 2013, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em 3,86%, sendo 4,11% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -0,25% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que corresponde a um efeito médio de 4,91% a ser percebido pelos consumidores cativos.

A taxa de remuneração regulatória (WACC) incluída na tarifa cobrada aos clientes da Companhia foi de 11,36% antes dos impostos e corresponde à remuneração dos ativos que compõem a infraestrutura da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível).

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2013 com vigência até 21 de abril de 2014.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reposicionamento médio de 7,33%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residenciais e baixa renda, a redução média foi de 3,84%.

Os índices aprovados pela ANEEL incidiram nas tarifas já reduzidas de acordo com a Revisão Tarifária Extraordinária anunciada em 24 de janeiro de 2013, conforme dispõe a Lei nº 12.873/2013. O resultado da revisão tarifária foi publicado pela ANEEL através do Despacho 1.004 de 04/04/2013, que estabeleceu a Base de Remuneração Líquida da Distribuição de R\$ 882.896.

Conforme dispõe a Resolução ANEEL 457/11, o resultado do laudo de avaliação regulatória foi registrado na contabilidade regulatória da Companhia até o segundo mês subsequente à aprovação pela diretoria da ANEEL e os impactos societários estão contemplados nessas demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Caixa e Depósitos bancários à vista	7.192	5.406	6.039
Aplicações financeiras de liquidez imediata:			
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.003	925	1.013
Fundos de investimento	263.187	118.593	147.508
	<u>271.382</u>	<u>124.924</u>	<u>154.560</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Restritos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com menor nível de risco, tais como: operações compromissadas, CDBs e cotas de fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

As demais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário – CDBs, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas pela empresa a percentuais que variam entre 97% e 97,5%, o do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostas da seguinte forma:

	Ref.	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Consumidores	(a)	433.835	475.372	469.120
Títulos a receber		1.175	1.067	952
Comercialização de energia na CCEE	(b)	4.151	8.950	16.319
Disponibilização do sistema de distribuição		5.525	6.455	6.830
Serviços prestados a terceiros		2.112	2.131	2.424
Serviços taxados e administrativos		2.226	2.636	2.917
Subvenção	(c)	15.615	11.402	1.251
Outros créditos		1.665	126	3.700
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(55.789)	(66.473)	(70.006)
Total		<u>410.515</u>	<u>441.666</u>	<u>433.507</u>
Circulante		226.435	241.643	209.097
Não circulante		184.080	200.023	224.410

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Consumidores

	Saldo vincendo	Saldo vencido		Total			PCLD		
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/12/13	31/12/12	01/01/12	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Setor privado									
Residencial	25.514	26.245	10.087	61.846	74.781	68.139	(10.087)	(11.756)	(13.170)
Industrial	8.739	3.652	4.260	16.651	19.552	22.653	(4.260)	(4.890)	(6.032)
Comercial, serviços e outras	36.209	9.124	8.023	53.356	61.745	56.803	(8.023)	(9.262)	(10.188)
Rural	5.862	2.743	3.807	12.412	25.566	23.557	(3.687)	(13.955)	(14.645)
	76.324	41.764	26.177	144.265	181.644	171.152	(26.057)	(39.863)	(44.035)
Setor público									
Poder público									
Federal	4.026	562	226	4.814	3.756	3.167	(95)	(85)	(126)
Estadual	140.540	1.668	109	142.317	140.253	148.242	(24)	(5)	(146)
Municipal	53.860	1.309	20.401	75.570	82.007	87.345	(20.401)	(18.113)	(17.448)
	198.426	3.539	20.736	222.701	226.016	238.754	(20.520)	(18.203)	(17.720)
Iluminação pública	2.245	168	775	3.188	4.224	3.546	(714)	(666)	(673)
Serviço público	4.385	1.129	7.323	12.837	14.832	13.646	(7.323)	(6.674)	(6.626)
Fornecimento não faturado	50.844			50.844	48.656	42.022	-	-	-
Total	332.224	46.600	55.011	433.835	475.372	469.120	(54.614)	(65.406)	(69.054)
Circulante				248.664	274.568	259.885	(54.614)	(65.406)	(69.054)
Não circulante				185.171	200.804	209.235	-	-	-

No contas a receber estão incluídos valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, acrescidos de juros e multa calculados pro rata temporis.

Do saldo total, o montante de R\$ 140.180 (R\$ 140.325 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 144.328 em 1º de janeiro de 2012), refere-se ao alongamento da dívida da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, conforme Instrumento Particular de Reconhecimento, Consolidação, Pagamento e Parcelamento de Débito CD-0103/2006, CD-0023/2011 e CD-0024/2011.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito. O saldo apresentado está líquido da PCLD no montante de R\$ 13.099 (R\$ 12.396 em 31 de dezembro de 2012), vide item (d).

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Subvenção à baixa renda – tarifa social

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº. 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº. 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2013 é R\$ 15.615 (R\$ 11.402 em 2012), relativo às subvenções dos meses de novembro e dezembro de 2013.

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº. 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

	Consumidores	Títulos a receber	Subtotal	CCEE	Outros créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	(69.054)	(952)	(70.006)	-	(17.031)	(87.037)
Adições	(4.839)	(115)	(4.954)	(12.396)	-	(17.350)
Reversões	8.487	-	8.487	-	31	8.518
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(65.406)	(1.067)	(66.473)	(12.396)	(17.000)	(95.869)
Adições	(25.147)	(108)	(25.255)	(703)	-	(25.958)
Reversões	35.939	-	35.939	-	-	35.939
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(54.614)	(1.175)	(55.789)	(13.099)	(17.000)	(85.888)

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, além de aplicações em fundo restrito e Letras Financeiras do Tesouro – LFT.

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Banco do Brasil	(b)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	1.828	4.572	6.530
Banco Itaú	(a)	CDB	diversos	CDI	11	10	2.141
Bradesco	(b)	Fundo Recife	(*)	CDI	-	-	2.392
Bradesco	(a)	CDB/CDI	diversos	CDI	-	-	742
Bradesco	(a)	LFT	set-14	CDI	12	11	-
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	5.520	8.389	5.647
Total					<u>7.371</u>	<u>12.982</u>	<u>17.452</u>
Circulante					7.371	12.982	17.452

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado

(a) Constitui garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.

(b) Aplicações em fundo restrito composto por papéis com vencimento no longo prazo.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na CETIP e com portabilidade total e imediata.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

Saldo em 01 de janeiro de 2012	17.452
Aplicações	114.937
Resgates	(120.513)
Remuneração	<u>1.106</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>12.982</u>
Resgates	(6.501)
Remuneração	<u>890</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u><u>7.371</u></u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. RECURSOS CDE

	<u>Ref.</u>	<u>31/12/13</u>
Encargos de serviço de sistema	(a)	1.407
Risco hidrológico	(b)	5.259
Total		<u>6.666</u>

Em outubro de 2012, verificou-se uma mudança no cenário energético que impactou no Preço de Liquidação de Diferenças - PLD e resultou no intenso despacho de usinas termoeletricas, visando evitar o esgotamento dos reservatórios das hidroeletricas.

Adicionalmente, em janeiro de 2013, em decorrência da implementação das regras previstas na Lei nº 12.783/2013, da não realização do leilão A-1 em 2012 e de outras frustrações contratuais, a situação foi agravada com a insuficiência de energia contratada.

De modo a evitar que tais elevações de custos pudessem onerar as tarifas dos consumidores finais, foi publicado em 8 de março de 2013 o Decreto nº 7.945, que possibilitou que a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, além de suas demais finalidades, custeasse também os valores adicionais necessários à aquisição de energia elétrica em razão de segurança energética e à exposição involuntária das distribuidoras no mercado de curto prazo, cujos custos têm repasses previstos às tarifas dos consumidores finais no processo tarifário.

Os efeitos do Decreto 7.945, a título do repasse de recursos da CDE, iniciaram-se a partir das operações do mercado de curto prazo de janeiro de 2013 e ocorreram ao longo do ano de 2013, levando em conta os resultados do processo de contabilização mensal, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. O referido decreto atribuiu à ANEEL a competência para apuração individualizada dos montantes a repassar. Os aportes são feitos pela Eletrobrás, sendo utilizados diretamente para pagamento das despesas relativas aos seguintes componentes:

(a) Encargo do Serviço do Sistema

Custo incorrido referente à parcela de segurança energética, para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional – SIN;

(b) Risco Hidrológico

Valor considerado suficiente para neutralizar a exposição das distribuidoras cotistas das usinas que tiveram a concessão renovada de acordo com a Lei 12.783/2013 no mercado de curto prazo, em decorrência do baixo nível dos reservatórios.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Circulante				
Imposto de renda - IR	(a)	22.367	8.851	3.925
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	5.970	2.082	866
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	24.438	35.789	10.003
Programa de integração social - PIS	(c)	1.494	1.342	999
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	6.884	6.181	4.604
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		633	464	364
Imposto sobre serviços - ISS		737	611	352
Outros		-	-	2
		<u>62.523</u>	<u>55.320</u>	<u>21.115</u>
Não circulante				
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	13.575	12.220	10.779
Total		<u>76.098</u>	<u>67.540</u>	<u>31.894</u>

- (a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) corresponde às antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos, saldo negativo do Imposto de Renda (IR) e base de cálculo negativa da CSLL, referente ao período de 2008 a 2012.
- (b) O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) está composto da seguinte forma:
- b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional, para fins contábeis registrado no ativo financeiro e no ativo intangível e apurado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000, no montante de R\$ 23.340 (R\$ 21.129, em 31 de dezembro de 2012).
- b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar no montante de R\$ 14.673 (R\$ 26.880 em 31 de dezembro de 2012).
- (c) PIS e COFINS a compensar decorrente das antecipações de órgãos públicos e do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, no montante de R\$ 7.895 (R\$ 7.523 em 31 de dezembro de 2012).

10. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Planos Previdenciários

A Companhia é patrocinadora da FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes, e respectivos beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, conforme regulamentos dos planos de benefícios a que estiverem vinculados.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes) destinam-se à constituição de reservas para cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, e são acumuladas desde sua admissão nos planos. No Plano de Benefícios Previdenciários da FASERN – Regulamento 001 (Benefício Definido) eventuais insuficiências serão de co-responsabilidade da Companhia.

A partir de março de 1999, a FASERN implantou o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001, de Contribuição Definida, ao qual estão vinculados todos os empregados ativos.

O Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001 proporciona aos seus participantes ativos benefícios relacionados à possibilidade de ocorrência de invalidez e morte durante a vida laborativa, classificados como benefícios de risco, totalmente custeados pela Companhia e pelos participantes autopatrocinados. Esses benefícios são pagos sob a forma de pecúlio, com pagamento único ou parcelado, a critério do participante ou de seus beneficiários. Por suas características, este plano não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

A contribuição da Companhia para o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001 corresponde a 6,68% do total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano (Soma dos Salários Reais de Contribuição), dos quais 4,45% correspondem à contribuição normal (igual a dos participantes), 0,42% à contribuição dos benefícios de risco e 1,81% à cobertura das despesas administrativas dos planos previdenciários administrados pela FASERN.

As contribuições pagas ou provisionadas em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012 foram as seguintes:

	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Custo do intangível em curso	729	764	458
Despesas operacionais	(2.906)	296	(3.611)
Total	<u>(2.177)</u>	<u>1.060</u>	<u>(3.153)</u>

Deliberação CVM nº 695 – CPC 33 – Benefícios a empregados

A Deliberação CVM nº 600/09, alterada pela Deliberação CVM 695/12 de 13 de dezembro de 2012, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 – Benefícios a Empregados, determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O parecer atuarial, emitido por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira dos planos previdenciários mantidos pela FASERN, em 31 de dezembro de 2013 está resumido a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº. 600, de 7 de outubro de 2009.

Na avaliação atuarial do plano de benefício definido foi adotado o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	PREVIDENCIÁRIOS					
	No. 1 - CD			No. 2 - BD		
	31/12/13	31/12/12	01/01/12	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	687	762	578	64.093	78.883	65.216
Valor justo dos ativos do plano	1.065	747	381	112.208	117.530	100.233
Déficit / (Superávit) para planos cobertos	(378)	15	197	(48.115)	(38.647)	(35.017)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	-	-	-	43.546	33.003	31.857
Passivo / (ativo) atuarial líquido total	(378)	15	197	(4.569)	(5.644)	(3.160)

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	No. 1 - CD			No. 2 - BD		
	31/12/13	31/12/12	01/01/12	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Custo do serviço corrente (com juros, líquido da contribuição do participante)	87	60	48	-	-	-
Juros sobre as obrigações atuarias	68	70	58	6.823	6.850	6.150
Rendimento esperando dos ativos do plano	(72)	(47)	(81)	(10.297)	(11.324)	(9.740)
Amortização de (ganhos) ou perdas atuariais líquidos	-	-	-	2.967	4.127	3.120
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	83	83	25	(507)	(347)	(470)

Conforme previsto na Deliberação CVM nº. 600/09, alterada pela Deliberação CVM 695/12 a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida, como receita ou despesa, em um plano de benefício definido é o valor dos ganhos e perdas não reconhecidos que exceder, em cada período, ao maior dos seguintes limites:

- 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e
- 10% do valor justo dos ativos do plano.

As movimentações no valor presente da obrigação com benefícios definidos são os seguintes:

	No. 1 - CD			No. 2 - BD		
	31/12/13	31/12/12	01/01/12	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Valor das obrigações no início do ano	762	578	489	78.882	65.216	59.753
Custo do serviço corrente bruto (1)	87	60	48	-	-	-
Juros sobre obrigação atuarial	68	70	58	6.823	6.850	6.151
Contribuição de participantes vertidas no ano	4	5	3	-	-	-
Efeito de alteração de premissas	(234)	49	(20)	(14.215)	14.140	5.238
Benefícios pagos no ano	-	-	-	(7.397)	(7.324)	(5.926)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	687	762	578	64.093	78.882	65.216

(1) Com juros, líquido da contribuição do participante

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	No. 1 - CD			No. 2 - BD		
	31/12/13	31/12/12	01/01/12	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Valor justo dos ativos no início do ano	747	381	712	117.530	105.928	93.084
Rendimento esperado no ano	72	48	81	10.297	11.325	9.740
Contribuições da patrocinadora	195	121	104	-	-	-
Contribuições de participantes	4	5	3	-	-	-
Rendimento do valor justo do ativo do plano	47	192	(519)	(8.221)	7.601	3.334
Benefícios pagos pelo plano	-	-	-	(7.398)	(7.324)	(5.925)
Valor justo dos ativos no final do ano	1.065	747	381	112.208	117.530	100.233

A Deliberação CVM nº. 600/09, alterada pela Deliberação CVM 695/12, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 – Benefícios a Empregados, determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

A estimativa do empregador sobre as contribuições que se espera pagar ao plano durante o exercício de 2014:

	No. 1 - CD	No. 2 - BD
Contribuição de participante	4	-
Contribuição da empresa	205	-

Principais premissas adotadas para os cálculos atuariais referentes ao exercício 2013 e 2012:

	31/12/13	31/12/12	01/01/12	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,72%	8,89%	10,99%	11,72%	8,89%	10,99%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,72%	8,89%	11,73%	11,72%	8,89%	10,73%
Taxa de aumento nominal dos salários	7,10%	7,10%	7,10%	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de aumento nominal dos benefícios	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de rotatividade esperada	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Fator de capacidade	0,98	0,98	0,98	0,98	0,98	0,98
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	AT-83 masculina	AT-83 masculina	AT-83 masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Ligth-média	Ligth-média	Ligth-média	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo relativas aos planos avaliados foram selecionadas pela COSERN, tendo sido determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo fornecidas pela FASERN.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os percentuais de alocação do valor justo dos ativos do plano ao total dos ativos, nos exercícios de 2013 e 2012 são os seguintes:

	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Renda variável	22,63%	22,50%	4,38%	3,96%
Renda fixa	77,37%	77,50%	94,85%	95,04%
Imóveis	-	-	0,77%	0,63%
Outros	-	-	-	0,37%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

Outros Benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento, que são periodicamente negociados por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 12.482 (R\$ 10.513 em 31 de dezembro de 2012).

11. SERVIÇOS EM CURSO

	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Serviço próprio	230	2.506	5.585
Serviços prestados a terceiros	6.293	8.461	5.372
Total	<u>6.523</u>	<u>10.967</u>	<u>10.957</u>

As Ordens de Serviço em Curso representam um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que será utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A composição dos impostos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Imposto de renda e contribuição social	(a)	31.166	33.545	21.230
Diferido ativo		53.442	70.160	51.129
Diferido passivo		(22.276)	(36.615)	(29.899)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	87.358	95.395	103.730
Total		<u>118.524</u>	<u>128.940</u>	<u>124.960</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos, sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a CSLL está constituída a alíquota de 9%. No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições diferidos pelo líquido, conforme CPC 32.

	Ativo					
	31/12/13		31/12/12		01/01/12	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda						
Diferenças temporárias	81.797	20.450	82.906	20.727	69.955	17.489
Contribuição Social						
Diferenças temporárias	119.070	10.716	142.423	12.818	41.569	3.741
Total		<u>31.166</u>		<u>33.545</u>		<u>21.230</u>

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	31/12/13		31/12/12		01/01/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	58.647	58.647	41.814	41.814	43.802	43.802
Provisão jurídicas	37.143	37.143	31.425	31.425	28.685	28.685
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	2.836	2.836	3.251	3.251	3.322	3.322
Incentivo fiscal Sudene	18.875	-	37.482	-	28.386	-
Ajustes Base Regulatória	-	-	53.436	53.436	41.502	41.502
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	8.121	8.121	-	-	-	-
Perda CCEE	703	703	15.684	15.684	-	-
Ajustes RTT						
Diferença entre valor justo do ano corrente e da adoção inicial	12.909	12.909	-	-	-	-
Déficit plano previdenciário	134	134	134	134	134	134
Ativos e passivos regulatórios	18.942	18.942	19.502	19.502	16.115	16.115
Outros	1.768	1.768	11.448	11.448	1.728	1.728
Total Ativo	<u>162.177</u>	<u>143.302</u>	<u>216.275</u>	<u>178.793</u>	<u>165.773</u>	<u>137.387</u>
Passivo (-)						
Ajustes RTT						
Valor justo de derivativos financeiros	(3.466)	(3.466)	(427)	(427)	(506)	(506)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	-	-	(32.458)	(32.458)	(11.543)	(11.543)
Ajuste da quota anual de amortização	-	-	(4.787)	(4.787)	(3.590)	(3.590)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(8.733)	(8.733)	(14.724)	(14.724)	(18.240)	(18.240)
Déficit plano previdenciário	(82)	(82)	(165)	(165)	(135)	(135)
Superávit plano previdenciário	(6.653)	(6.653)	(5.644)	(5.644)	(3.160)	(3.160)
Ativos e passivos regulatórios	(4.866)	(4.866)	(42.581)	(42.581)	(47.255)	(47.255)
Custo de captação	(432)	(432)	(2.263)	(2.263)	(3.510)	(3.510)
Outros ajustes de RTT	-	-	66.679	66.679	-	-
Outros	(56.148)	-	(96.999)	-	(7.879)	(7.879)
Total Passivo	<u>(80.380)</u>	<u>(24.232)</u>	<u>(133.369)</u>	<u>(36.370)</u>	<u>(95.818)</u>	<u>(95.818)</u>
Total Líquido	<u>81.797</u>	<u>119.070</u>	<u>82.906</u>	<u>142.423</u>	<u>69.955</u>	<u>41.569</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma opera, conforme deliberação CVM nº. 371/2002.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro 2013 e 2012:

Ref.	31/12/13		31/12/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	241.148	241.148	225.679	225.679
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(8.037)	(8.037)	(8.334)	(8.334)
Ajustes decorrentes do RTT	24.991	24.991	(12.963)	(12.963)
Juros sobre capital próprio	(38.949)	(38.949)	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	219.153	219.153	204.382	204.382
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	54.788	19.724	51.096	18.394
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	402	145	255	91
Multas indedutíveis	17	6	21	8
Depreciação veículos executivos	156	56	197	71
Participação no resultado			231	83
Outras adições	1.686	626	62	22
	2.261	833	766	275
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(3.900)	(1.404)	(4.045)	(1.456)
Incentivo fiscal SUDENE	(41.520)	-	(41.386)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(937)	-	(1.481)	-
Outras exclusões	(403)	(155)	(943)	(268)
	(46.760)	(1.559)	(47.855)	(1.724)
Imposto de renda e contribuição social no período	10.289	18.998	4.007	16.945
Diferido de diferença temporária de RTT	(1.596)	(2.249)	467	(2.090)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	8.693	16.749	4.474	14.855
Corrente	(1.671)	14.692	13.177	20.249
Recolhidos e Pagos	15.833	17.511	13.378	21.087
Á pagar	-	-	34	-
Compensados e deduzidos	(9.963)	-	-	-
Impostos antecipados a recuperar	(7.541)	(2.819)	(235)	(838)
Diferido	10.364	2.057	(8.703)	(5.394)
	8.693	16.749	4.474	14.855

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(1) Regime Tributário de Transição - RTT

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº. 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº. 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT é opcional para o biênio 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPCs: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (R1) (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01- (R1) (Contratos de Concessão).

(b) Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº.s 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para manutenção do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012 são como segue:

Ágio - incorporado	638.018
Provisão constituída	(421.092)
Benefício fiscal	216.926
Amortização acumulada	(357.443)
Reversão acumulada	235.912
Saldos em 31 de dezembro de 2012	95.395
Amortização	(23.638)
Reversão	15.601
Saldos em 31 de dezembro de 2013	87.358
Ativo Não Circulante	87.358

O ágio fiscal está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde dezembro de 2000, em 325 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº. 474 de 30 de novembro de 2000, conforme curva abaixo:

Ano	COSERN	Ano	COSERN	Ano	COSERN	Ano	COSERN
2012	0,03842	2016	0,03430	2020	0,02907	2024	0,02442
2013	0,03705	2017	0,03289	2021	0,02784	2025	0,02336
2014	0,03741	2018	0,03153	2022	0,02666	2026	0,02235
2015	0,03575	2019	0,03022	2023	0,02551	2027	0,02140

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Trabalhistas	8.359	6.966	5.384
Cíveis	3.099	2.106	1.364
Fiscais	10.214	12.831	12.173
PIS / COFINS	1.548	2.842	4.552
Impostos municipais	414	395	432
INSS	7.330	6.873	4.950
CSLL	867	813	759
Outros	55	1.908	1.480
Total	21.672	21.903	18.921

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

14. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº. 08, de 31 de dezembro de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº. 16).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A Lei nº12.783/13, dentre outras deliberações, determinou que a indenização a ser paga pelo poder concedente pela reversão dos bens atrelados ao serviço público de distribuição de energia será baseada no Valor Novo de Reposição - VNR não amortizado até o término da concessão, adotando-se o banco de preços homologados pela ANEEL.

A movimentação dos saldos referentes a concessão do serviço público (ativo financeiro) está assim apresentada:

	<u>Ref.</u>	
Saldos em 01 de janeiro de 2012		102.113
Baixas	(a)	(7.994)
Transferências	(b)	145.174
Atualização monetária / valor justo	(c)	<u>(13.219)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012		226.074
Baixas		(5.721)
Transferências	(d)	48.257
Atualização monetária / valor justo		<u>14.866</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013		<u>283.476</u>

- (a) Baixas no ativo financeiro a partir do Laudo da Base de Remuneração Regulatória do 3CRTP, Despacho ANEEL nº. 1.004 de 4 de abril de 2013.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) Redistribuição da infraestrutura em R\$ (10.801) que é classificada no ativo financeiro e no ativo intangível a partir do Laudo da Base de Remuneração Regulatória do 3CRTP, Despacho ANEEL nº. 1.004 de 4 de abril de 2013, sem impactar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção da ICPC01 e da OCPC05 e R\$ 155.975 referente a transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de ativos incorporados no período.
- (c) O montante de atualização monetária e valor justo em 2012 era de R\$ 20.915, na revisão tarifária a Companhia efetuou o recálculo dos bens referentes ao 3CRTP, reversíveis ao final da concessão, levando em consideração o valor novo de reposição (VNR). Como consequência, o montante de R\$ (34.134) foi registrado ajustando às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.
- (d) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em dezembro de 2027. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

15. OUTROS ATIVOS

	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Adiantamentos a empregados	2.996	2.919	769
Adiantamentos a fornecedores	-	43	181
Serviços prestados a terceiros	2.137	933	822
RGR a compensar	445	445	533
Dispêndios a reembolsar em curso	1.700	1.266	1.124
Uso mútuo de postes	1.743	459	407
Outros créditos a receber	2.482	1.707	1.069
Total	11.503	7.772	4.905
Circulante	8.990	6.950	4.530
Não circulante	2.513	822	375

Apresentado líquido da Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, no montante de R\$ 17.000 (R\$ 17.000 em 31 de dezembro de 2012), vide nota 6, item d).

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	31/12/2013				31/12/12	01/01/12
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	4,71%	701.200	(249.207)	36.808	488.801	530.708
Em curso						
Direito de uso da concessão		165.763	(2.521)		163.242	95.892
Total		<u>866.963</u>	<u>(249.207)</u>	<u>34.287</u>	<u>652.043</u>	<u>626.600</u>

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Ref.	Em serviço				Em curso			Total
		Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2012		685.517	(173.172)	18.363	530.708	86.184	9.708	95.892	626.600
Adições		-	-	-	-	176.085	(1.931)	174.154	174.154
Baixas	(a)	(27.176)	19.375	-	(7.801)	-	-	-	(7.801)
Amortizações		-	(61.473)	6.707	(54.766)	-	-	-	(54.766)
Transferências - Intangíveis		105.765	-	(2.221)	103.544	(105.765)	2.221	(103.544)	-
Transferências - Ativos financeiros	(b)	(91.150)	-	10.602	(80.548)	(65.642)	1.016	(64.626)	(145.174)
Transferências - Outros		-	43	(10)	33	3.128	-	3.128	3.161
Saldos em 31 de dezembro de 2012		<u>672.956</u>	<u>(215.227)</u>	<u>33.441</u>	<u>491.170</u>	<u>93.990</u>	<u>11.014</u>	<u>105.004</u>	<u>596.174</u>
Adições		-	-	(136)	(136)	179.632	(19.620)	160.012	159.876
Baixas		(43.206)	29.397	-	(13.809)	-	-	-	(13.809)
Amortizações		-	(63.330)	6.948	(56.382)	-	-	-	(56.382)
Transferências - Intangíveis		68.865	-	(3.445)	65.420	(68.865)	3.445	(65.420)	-
Transferências - Ativos financeiros	(d)	-	-	-	-	(50.897)	2.640	(48.257)	(48.257)
Transferências - Outros		2.585	(47)	-	2.538	11.903	-	11.903	14.441
Saldos em 31 de dezembro de 2013		<u>701.200</u>	<u>(249.207)</u>	<u>36.808</u>	<u>488.801</u>	<u>165.763</u>	<u>(2.521)</u>	<u>163.242</u>	<u>652.043</u>

(a), (b) e (d) conforme Nota explicativa 14.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado e pela Administração da Companhia como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) (vide nota explicativa nº 14).

A Resolução Normativa ANEEL nº. 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil-econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o consequente aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão.

A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou na reclassificação de R\$ 91.349 da conta de ativo intangível para o ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. FORNECEDORES

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e 1º de janeiro de 2012 é como segue:

Fornecedores	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Energia elétrica	104.396	107.246	64.018
Terceiros	103.324	106.200	63.021
Partes relacionadas	1.072	1.046	997
Encargos de uso da rede	13.031	11.164	9.185
Terceiros	13.027	11.152	9.177
Partes relacionadas	4	12	8
Materiais e serviços	30.723	21.962	9.536
Terceiros	30.411	21.886	9.300
Partes relacionadas	312	76	236
Energia livre	11.134	10.288	9.016
Total	159.284	150.660	91.755
Circulante	143.680	133.354	82.739
Não circulante	15.604	17.306	9.016

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADDEE, e impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida. Ratificando tal situação, em 5 de agosto de 2013 foi deferida liminar pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região para atribuir efeito suspensivo a uma apelação interposta no mandado de segurança nº 0043739-91.2010.4.01.3400. Com isso, mantiveram-se suspensos os efeitos dos incisos I, III, IV e VI do Despacho nº 2.517/2010.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos	Principal		Total		
		Circulante	Circulante	Não circulante	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Moeda nacional							
BNB	TJLP+3,21%aa / 10,5%aa	47	13.200	44.528	57.775	90.332	119.622
(-) Custos de transação		-	(83)	(48)	(131)	-	(420)
		47	13.117	44.480	57.644	90.332	119.202
BNDES FINEM	TJLP+1,7%aa a 3,12% / 3%aa a 5,5% a.a.	610	39.522	170.322	210.454	147.363	114.258
Eletrobrás	6%	-	2.160	6.640	8.800	11.681	14.703
FINEP	5,13% a.a. a 5,34%a.a.	35	3.283	13.020	16.338	17.011	18.259
(-) Custos de transação		-	(37)	(60)	(97)	(113)	(137)
		35	3.246	12.960	16.241	16.898	18.122
Banco do Brasil		-	-	133.000	133.000	266.963	250.361
(-) Custos de transação	108% CDI / 13,81% aa	-	(36)	(174)	(210)	(1.895)	(2.952)
Operações comswap	99,5% CDI	-	-	-	-	(7.821)	(3.187)
		-	(36)	132.826	132.790	257.247	244.222
Total moeda nacional		692	58.009	367.228	425.929	523.521	510.507
Moeda estrangeira							
BANK OF AMERICA	Libor 6M + 1,65% aa	68	(85)	22.091	22.074	19.297	16.456
Operações comswap	107,85% CDI	-	(7.214)	(28)	(7.242)	(4.614)	(1.731)
		68	(7.299)	22.063	14.832	14.683	14.725
Banco Citibank	Libor 3M + 0,97% aa	187	-	190.801	190.988	-	-
Operações comswap	104,5% CDI	-	(2.330)	4.088	1.758	-	-
		187	(2.330)	194.889	192.746	-	-
Total moeda estrangeira		255	(9.629)	216.952	207.578	14.683	14.725
(-) Garantias depósitos vinculados		-	-	(14.426)	(14.426)	(21.028)	(28.701)
Total		947	48.380	569.754	619.081	517.176	496.531

(a) Captações e renegociações de recursos no exercício:

a.1) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - A Companhia recebeu em 2013 o montante de R\$ 90.679 para financiamento dos investimentos realizados em 2012 e 2013, provenientes dos Contratos de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo, sendo R\$ 28.094 do contrato nº. 08.2.1089.1, assinado em março de 2009 e aditado em dezembro de 2009, março de 2010 e março e novembro de 2011 e, R\$ 62.585 do contrato nº. 13.2.0294.1, assinado em 29 de maio de 2013 e aditado em 27 de junho de 2013.

a.2) Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP – A Companhia recebeu o montante de R\$ 2.373 para financiar Projetos de Inovação, proveniente do Contrato de Financiamento assinado em setembro de 2012.

a.3) Citibank - A Companhia realizou captação em moeda estrangeira para cobertura de caixa no valor de USD 85.000, equivalentes a R\$ 195.500, com custo de Libor USD 3M mais taxa de 0,97% a.a., com swap para 104,5% do CDI. O contrato será amortizado em parcela única no vencimento, em dezembro de 2018, com pagamento de juros trimestral.

a.4) Banco do Brasil - Em 30 de dezembro de 2013 a Companhia realizou a rolagem de R\$ 133.000 em empréstimos junto ao Banco do Brasil, que tiveram seus vencimentos postergados para novembro de 2021, com amortização em sete parcelas anuais a partir de novembro de 2015, com pagamento de juros semestrais ao custo de 108% do CDI.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Condições restritivas financeiras (covenants):

O contrato mantido com Bank Of América prevê cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

(c) Condições contratuais dos empréstimos da Companhia em 31 de dezembro de 2013:

Fonte	Data de Assinatura	Moeda	Objetivo	Juros	Swap	Vencimento	Garantias
ELETRONBRÁS	2004 a 2006	R\$	Expansão de linhas e redes de distribuição, linhas de transmissão e aquisição de medidores	6% a.a.	Não aplicável	2018	Recebíveis/Nota Promissória
BB nº 20/00852-X	06/05/10	R\$	Capital de Giro	108% aa	Não aplicável	2021	Sem garantia
BB nº 20/00863-5	06/05/11	R\$	Capital de Giro	108% aa	Não aplicável	2021	Sem garantia
BNB III	30/11/07	R\$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	TJLP + 3,21% a.a.	Não aplicável	2022	Aval Neoenregia/Recebíveis/Fundo Liquidez
BANK OF AMÉRICA	11/04/11	US\$	Capital de giro	US\$ + Libor + 1,65% a.a	107,85% CDI	2016	Sem garantia
BNB IV	27/06/08	R\$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2016	Aval Neoenregia/Recebíveis/Fundo Liquidez
BNDES 2009 - Aditivo II	23/12/09	R\$	Investimentos em redes de distribuição de energia elétrica	TJLP + 2,12% a.a / TJLP + 3,12% a.a. / 4,50% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenregia
BNDES 2010 - Aditivo V	29/10/10	R\$	Distribuição de energia elétrica	TJLP + 1,82% aa / TJLP + 2,82% a.a / 5,50% a.a	Não aplicável	2016	Aval Neoenregia
FINEP 2012	25/10/12	R\$	Projeto de Inovação	5% a.a	Não aplicável	2020	Aval Neoenregia
BNDES 2011 - Aditivo XI	24/03/11	R\$	Distribuição de energia elétrica	TJLP + 1,82% a.a / TJLP + 2,82% a.a / 5,50% a.a	Não aplicável	2018	Aval Neoenregia
BNDES 2013 - Aditivo III	29/05/13	R\$	Distribuição de energia elétrica	TJLP + 1,70% a.a / TJLP + 2,70% a.a / 3% a.a	Não aplicável	2023	Aval Neoenregia
CITIBANK	03/12/13	US\$	Capital de giro	US\$ + Libor 3M + 0,97% a.a	104,5% CDI	2018	Sem garantia

Para alguns financiamentos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, aval do acionista controlador e aplicações financeiras vinculadas (contas reservas).

O total devido em moeda nacional e estrangeira da Companhia desdobra-se da seguinte forma:

Moeda Nacional	31/12/13		31/12/12		01/01/12	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Juros pré-fixados	127.952	30,0%	193.778	37,0%	198.878	38,0%
TJLP	218.188	51,2%	140.832	26,9%	130.465	24,9%
CDI	79.789	18,7%	188.911	36,1%	181.164	34,6%
Total	<u>425.929</u>	<u>100,0%</u>	<u>523.521</u>	<u>100,0%</u>	<u>510.507</u>	<u>97,5%</u>
Principal	425.237		490.263		491.766	
Encargos	692		33.258		18.741	

Moeda Estrangeira	31/12/13			31/12/12			01/01/12		
	Moeda de Origem	R\$	%	Moeda de Origem	R\$	%	Moeda de Origem	R\$	%
Dólar norte americano	88.610	207.578	100,0%	7.185	14.683	100,0%	7.850	14.725	100,0%
Principal		207.323			14.619			14.664	
Encargos		255			64			61	

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012:

Moeda / Indexador	Variação %		
	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Dólar norte-americano	14,64	8,94	12,58
TJLP	5,00	5,75	6,00
CDI	8,05	8,37	11,64

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/12/13			31/12/12			01/01/12		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2013							56.353	(1.266)	55.087
2014	-	-	-	210.148	(767)	209.381	194.643	(764)	193.879
2015	64.247	(112)	64.135	152.180	(198)	151.982	141.737	(195)	141.542
2016	53.954	(63)	53.891	60.123	(20)	60.103	48.698	(18)	48.680
2017	66.428	(41)	66.387	28.733	(6)	28.727	19.723	(4)	19.719
2018	220.852	(28)	220.824	12.924	(1)	12.923	8.550	-	8.550
2019	145.675	(20)	145.655	2181	(1)	2.180	1.895	-	1.895
Após 2019	33.307	(19)	33.288	5.766	(1)	5.765	5.527	-	5.527
Total obrigações	584.463	(283)	584.180	472.055	(994)	471.061	477.126	(2.247)	474.879
(-) Garantias depósitos vinculados			(14.426)			(21.028)			(28.701)
Total			569.754			450.033			446.178

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	53.016	428.790	(2.663)	17.388	496.531
Ingressos	-	46.921	-	-	46.921
Encargos	35.688	7.784	437	-	43.909
Variação monetária e cambial	-	-	11	1.590	1.601
Swap	-	(2.482)	(887)	-	(3.369)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(25)	(6)	109	78
Transferências	58.968	(58.968)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(76.119)	-	(1.296)	-	(77.415)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	7.673	-	-	7.673
(-) Custos de transação	(6)	1.253	-	-	1.247
Saldos em 31 de dezembro de 2012	71.547	430.946	(4.404)	19.087	517.176
Ingressos	-	93.052	-	195.500	288.552
Encargos	36.532	2.060	437	-	39.029
Variação monetária e cambial	-	-	1	6.458	6.459
Swap	4.400	(893)	(5.564)	-	(2.057)
Efeito cumulativo marcação a mercado	86	(71)	1.226	(4.093)	(2.852)
Transferências	179.605	(179.605)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(234.581)	-	(1.070)	-	(235.651)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	6.602	-	-	6.602
(-) Custos de transação	1.112	711	-	-	1.823
Saldos em 31 de dezembro de 2013	58.701	352.802	(9.374)	216.952	619.081

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. DEBÊNTURES

Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	31/12/13		31/12/12	01/01/12
					Encargos	Principal		
					Circulante	Circulante	Total	Total
4ª Emissão	Única	16.360	CDI + 0,6% a.a	11,50%	288	36.368	36.656	73.122
(-) Custos de transação					-	(69)	(69)	(245)
Total					288	36.299	36.587	72.877
								109.540

Debêntures simples, não conversíveis em ações.

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

A escritura de emissão das debêntures prevê a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e 1º de janeiro de 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/12/13			31/12/12			01/01/12		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2013	-	-	-	-	-	-	36.360	(176)	36.184
2014	-	-	-	36.368	(69)	36.299	36.360	(69)	36.291
Total	-	-	-	36.368	(69)	36.299	72.720	(245)	72.475

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Moeda nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	37.065	72.475	109.540
Encargos	8.749	-	8.749
Transferências	36.352	(36.352)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(45.695)	-	(45.695)
(-) Custos de transação	107	176	283
Saldos em 31 de dezembro de 2012	36.578	36.299	72.877
Encargos	5.069	-	5.069
Transferências	36.368	(36.368)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(41.535)	-	(41.535)
(-) Custos de transação	107	69	176
Saldos em 31 de dezembro de 2013	36.587	-	36.587

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	Ref.	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Salários		2.581	2.597	464
Encargos sociais		794	948	649
Provisões de férias e 13º salário		1.731	1.629	2.044
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário		1.727	1.695	1.558
Provisão PLR	(a)	2.836	3.251	3.322
Total		<u>9.669</u>	<u>10.120</u>	<u>8.037</u>

- (a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº. 10.101/00 e artigo nº. 189 da Lei das Sociedades por Ações, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área. O montante estimado dessa participação para 2013 é de R\$ 2.843 (R\$ 3.251 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 3.322 em 1º de janeiro de 2012).

21. TAXAS REGULAMENTARES

	Ref.	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Reserva Global de Reversão – RGR		-	-	1.868
Conta de Consumo de Combustível – CCC		-	2.553	5.158
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		240	857	795
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		459	499	418
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		229	249	209
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	7.181	7.287	7.036
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	801	1.393	776
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		214	212	212
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		-	748	627
Total		<u>9.124</u>	<u>13.798</u>	<u>17.099</u>
Circulante		9.014	13.323	13.972
Não circulante		110	475	3.127

- (a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nºs 300/2008, 316/2008 e 504/2012.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Circulante			
Imposto de renda - IR	-	34	723
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-	3.608
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	26.956	30.145	27.000
Programa de integração social - PIS	2.643	2.786	2.345
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	12.172	12.838	10.800
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.287	2.112	1.521
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	341	320	296
Imposto sobre serviços - ISS	1.337	1.208	718
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.096	1.178	246
Outros	125	259	64
Total	46.957	50.880	47.321

23. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
2013					
RCA de 30 de dezembro de 2013	JSCP	38.949	0,2265701623	0,2492271786	0,2492271786
AGO de 25 de abril de 2013	Dividendos Complementares	14.438	0,0839905475	0,0923896023	0,0923896023
		53.387			
2012					
AGOE de 17 de abril de 2012	Dividendos a partir da Reserva de Lucros	30.504	0,1774443794	0,1951888173	0,1951888173
AGOE de 17 de abril de 2012	Dividendos Complementares	101.982	0,5932389943	0,6525628937	0,6525628937
RCA de 28 de dezembro de 2012	JSCP	36.195	0,2105478219	0,2316026041	0,2316026041
		168.681			

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

O artigo 9º da Lei nº. 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe “A” e “B” terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
<u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido</u>		
Ações ordinárias	31.350	38.215
Ações preferenciais classe "A"	5.477	6.676
Ações preferenciais classe "B"	4.710	5.742
Total	<u>41.537</u>	<u>50.633</u>
<u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</u>		
Lucro líquido do exercício	207.669	245.872
Incentivo fiscal SUDENE	(41.520)	(43.340)
Amortização do ágio incorporado	23.638	24.513
Reversão da provisão para manutenção do patrimônio líquido	(15.601)	(16.179)
Benefício fiscal da amortização do ágio incorporado	(8.037)	(8.334)
Base de cálculo do dividendo	<u>166.149</u>	<u>202.532</u>
<u>Dividendos mínimos obrigatórios</u>	<u>41.537</u>	<u>50.633</u>
<u>Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:</u>		
Juros sobre capital próprio - R\$ 0,2265701623 por ação ON e R\$ 0,2492271786 por ação PNA e PNB	38.949	36.195
Complemento dividendos obrigatórios – R\$ 0,0150560164 por ação ON e R\$ 0,016561618 por ação PNA e PNB	2.588	14.438
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15% (*).	(810)	(753)

(*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.

A movimentação dos saldos em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

Saldos em 01 de janeiro de 2012	5.909
Declarados	183.119
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(753)
Pagos no período	<u>(137.483)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>50.792</u>
Declarados	41.537
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(810)
Pagos no período	(49.847)
Prescritos	<u>(13)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>41.659</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. PROVISÕES

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R\$ 11.548 classificadas no passivo circulante (R\$ 11.275 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 6.415 em 1º de janeiro de 2012) e R\$ 25.708 no não circulante (R\$ 20.264 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 22.384 em 1º de janeiro de 2012) estão compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	15.956	8.140	4.703	28.799
Constituição	3.362	1.672	33	5.067
Baixas/reversão	(2.231)	(3.062)	(62)	(5.355)
Atualização	1.435	1.203	390	3.028
Saldos em 31 de dezembro de 2012	18.522	7.953	5.064	31.539
Constituição	2.050	3.962	706	6.718
Baixas/reversão	(1.509)	(2.338)	(600)	(4.447)
Atualização	1.705	1.410	331	3.446
Saldos em 31 de dezembro de 2013	20.768	10.987	5.501	37.256

A administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Trabalhistas	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado		
				31/12/13	31/12/12	01/01/12
Ex-empregados da Companhia	3.057	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.057	2.123	1.766
	1.420	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	1.091	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	7.092	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.092	6.412	5.354
	6.352	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	530	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Empregados	10.619	1ª, 2ª e 3ª	Provável	10.619	9.987	8.836
	1.082	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	150	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Total	31.393			20.768	18.522	15.956

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Cíveis	Ref.	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado		
		atualizado	Instância		31/12/13	31/12/12	01/01/12
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	(a)	601	1ª, 2ª e 3ª	Provável	601	824	1.407
		96	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		1.090	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Indenização por perdas	(b)	3.613	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.613	1.940	1.516
		77.045	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		390	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(c)	1.424	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.424	1.585	1.871
		11.553	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		598	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Irregularidade de consumo	(d)	901	1ª, 2ª e 3ª	Provável	901	730	635
		17.122	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		563	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Negativação SPC e Serasa	(e)	261	1ª, 2ª e 3ª	Provável	261	186	44
		2.071	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		44	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Societário Ações	(f)	1.438	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
Cooperativas	(g)	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	18	-
		424.628	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
Outras	(h)	4.187	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.187	2.670	2.667
		50.933	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
		33.009	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Total		<u>631.567</u>			<u>10.987</u>	<u>7.953</u>	<u>8.140</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

(a) *Clientes – Tarifas Plano Cruzado* - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº. 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

(b) *Indenização por perdas* – Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

(c) *Acidente terceiros / trabalho* – Ações movidas por pessoas físicas em virtude de acidentes elétricos que causaram morte ou danos físicos.

(d) *Irregularidade de consumo* – Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas questionando a lavratura de termos de ocorrências de irregularidades originados no desvio de energia, lavrados pela Concessionária.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (e) *Negativação SPC e Serasa* - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais em virtude de negativação solicitada pela Concessionária em virtude de inadimplência.
- (f) *Societário ações* - Ação que envolve questionamento sobre suposto direito de ações.
- (g) *Cooperativas* - Ações judiciais que discutem o Termo de Acordo conjunto firmado entre ANEEL, FECOERN, CERPAL e COSERN, que versa sobre a aquisição de acervo elétrico.
- (h) *Outras* – Administrativa, Contrato de demanda, Poder normativo da concessionária, Contratos comercial/financeiro, Inadimplência e repercussões, Débito de terceiros, Corte indevido, Empréstimo compulsório, Contratos com terceirizados, Revisão de consumo de energia, Serviços de rede, Repetição de indébito, Racionamento de energia elétrica e Revisão de faturamento.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Fiscais	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado		
	Ref.	atualizado	Instância	31/12/13	31/12/12	01/01/12
ICMS	(a)	994	1ª, 2ª e 3ª	Provável	994	869
		41.658	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		27	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS	(b)	6.748	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		107	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(c)	33.123	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		9.858	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
COFINS	(d)	71	1ª, 2ª e 3ª	Provável	71	68
		1.437	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
IRPJ / IRRF	(e)	113.133	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		20.667	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
INSS	(f)	4.401	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.401	4.127
		988	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	57
Outras	(g)	35	1ª, 2ª e 3ª	Provável	35	-
		2.670	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.856	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>239.773</u>			<u>5.501</u>	<u>5.064</u>
						<u>4.703</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

- (a) *ICMS* - Diversas ações movidas pelos municípios do RN objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a COSERN antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontra prescrita. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a Companhia, em virtude de eventual não recolhimento do ICMS no período supracitado, abrangendo apenas o exercício de 1996, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. O Estado do Rio Grande do Norte cobrou administrativamente esses valores e a COSERN moveu ação anulatória de débito fiscal contra essa cobrança, estando o processo aguardando sentença. Em sede de antecipação de tutela a exigibilidade do crédito foi suspensa reconhecendo o juiz a ocorrência da prescrição de todo o débito.
- (b) *ISS* - Refere-se a autos de infração lavrados pelo Poder Público Municipal, exigindo ISS sobre serviço por terceiros.
- (c) *CSLL* - Auto de infração decorrente da não adição da despesa de ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A COSERN apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos. Auto de infração anulado em dezembro de 2012 conforme decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A Fazenda Pública apresentou recurso especial que está pendente de análise de admissibilidade.
- (d) *COFINS* – Refere-se a processo judicial onde se busca a compensação tributária do crédito de COFINS relativo a pagamento superior ao efetivamente devido em dezembro de 2008.
- (e) *IRPJ/IRRF*:

IRPJ - Auto de infração decorrente da não adição da despesa de ágio nas bases de cálculo do IRPJ. A COSERN apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos. Auto de infração anulado em abril de 2012 conforme decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A Fazenda Pública apresentou recurso especial que está pendente de julgamento.

IRRF- Auto de infração motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT nº. 01/2002. No último mês de abril, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais anulou o auto de infração. Aguarda-se lavratura do acórdão.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) *INSS* – Refere-se a ação anulatória para desconstituir lançamentos relacionados a NFLD nº. 35.814.150-8 que cobra supostos débitos previdenciários das competências de 01/1997 a 08/2006, oriundos de processos trabalhistas e salário indireto, e das competências de 02/1999 a 06/2006, referentes a retenções de serviços prestados por autônomos. Parte dos valores reivindicados pelo INSS já foi atingida pela decadência. Contudo, os consultores legais da Companhia entendem que a outra parte dos valores cobrados pode ser devida e consideram que a provisão constituída é suficiente para fazer frente a futuros desembolsos.

(g) *Outras* – Demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

25. OUTROS PASSIVOS

	Ref	31/12/13	31/12/12	01/01/12
Consumidores	(a)	15.898	16.916	13.375
Caução em garantia	(b)	14.980	12.196	6.265
Outros		1.138	1.401	2.327
Total		<u>32.016</u>	<u>30.513</u>	<u>21.967</u>
Circulante		29.038	26.967	16.640
Não circulante		2.978	3.546	5.327

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O Capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R\$ 179.787.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM UNIDADES)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	110.814.385	85,4	16.507.498	80,1	14.645.619	82,6	141.967.502	84,5
Iberdrola Energia S.A	8.147.546	6,3	2.217.674	10,8	1.417.164	8,0	11.782.384	7,0
Uptick Participações	7.576.650	5,8	1.156.609	5,6	1.047.352	5,9	9.780.611	5,8
Previ	1.854.848	1,4	359.031	1,7	382.135	2,2	2.596.014	1,5
Outros	1.352.790	1,0	365.316	1,8	229.411	1,3	1.947.517	1,2
Total	129.746.219	100,0	20.606.128	100,0	17.721.681	100,0	168.074.028	100,0

Acionistas	R\$ (EM REAIS)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	118.537.146,02	85,4	17.657.921,40	80,1	15.666.286,27	82,6	151.861.353,69	84,5
Iberdrola Energia S.A	8.715.356,31	6,3	2.372.225,83	10,8	1.515.927,52	8,0	12.603.509,66	7,0
Uptick Participações	8.104.674,02	5,8	1.237.214,19	5,6	1.120.342,97	5,9	10.462.231,18	5,8
Previ	1.984.114,14	1,4	384.052,22	1,7	408.766,36	2,2	2.776.932,72	1,5
Outros	1.447.067,24	1,0	390.775,22	1,8	245.398,87	1,3	2.083.241,33	1,2
Total	138.788.357,73	100,0	22.042.188,86	100,0	18.956.721,99	100,0	179.787.268,58	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, e assegurada, ainda, às ações preferenciais “Classe A”, prioridade na distribuição de dividendos.

Reservas de Capital

a) Reserva Especial de Ágio

Essa reserva, no montante de R\$ 179.315, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente ao patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação (vide nota explicativa nº. 24).

b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº. 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 82.428, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal

Em atendimento à Lei nº. 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em dezembro de 2010, através do Laudo Constitutivo nº. 0183/2010, com validade até 2020, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$ 42.818 (R\$ 43.340 em 31 dezembro 2012) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal no exercício por já ter atingido esse limite.

c) Reserva de Retenção de Lucros

A Lei das S.A permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

Até 31 de dezembro de 2011, os ajustes decorrentes da atualização monetária dos ativos financeiros de concessão foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, a partir de 2012 somente serão reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes a valor justo dos ativos financeiros de concessão.

Em 2013, estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil, CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados, que englobam as alterações relativas à remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Fornecimento de energia	(a)	847.226	732.312
Receita de distribuição		823.560	708.938
Remuneração financeira wacc		23.666	23.374
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	(6.912)	17.724
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	808.853	1.012.791
Receita de distribuição		786.259	980.465
Remuneração financeira wacc		22.594	32.326
Receita de construção da infraestrutura da concessão		189.077	207.830
Outras receitas	(d)	49.716	24.437
Total receita bruta		1.887.960	1.995.094
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(504.784)	(576.759)
Total receita operacional líquida		1.383.176	1.418.335

(a) Fornecimento de Energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Ref.	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Consumidores							
Residencial		1.054.871	1.016.625	1.804.818	1.635.582	658.860	692.338
Industrial		4.816	4.980	528.627	567.255	149.024	184.943
Comercial		79.524	76.966	963.498	896.835	374.467	408.629
Rural		71.561	66.061	420.341	407.283	80.392	87.352
Poder público		12.251	12.303	282.272	248.127	101.892	110.404
Iluminação pública		6.165	5.814	159.166	155.271	33.728	37.516
Serviço público		1.729	1.664	255.545	254.978	67.348	78.518
Consumo próprio		106	101	5.044	4.828	-	-
Suprimento		3	4	-	-	-	-
Fornecimento não faturado		-	-	-	-	2.187	6.634
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	-	-	(760.483)	(949.934)
		1.231.026	1.184.518	4.419.311	4.170.159	707.415	656.400
Subvenções		-	-	-	-	139.811	75.912
Total		1.231.026	1.184.518	4.419.311	4.170.159	847.226	732.312

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº. 1.618 de 23 de abril de 2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “TUSD média” calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(*) Informação não auditada.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Revisão Tarifária Periódica 2013 (*)

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 1.512, de 16 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2013, fixou em 3,86% o índice médio da revisão tarifária periódica para a Companhia, sendo 4,11% relativos a revisão tarifária periódica e -0,25% aos componentes financeiros.

O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 4,91%, sendo 3,84% para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 7,33% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 22 de abril de 2013 a 21 de abril de 2014.

	Ref.	
	(1)	1.154.514
Receita Verificada		
Encargos Setoriais		66.723
Compra de Energia Elétrica		672.463
Transporte de Energia		41.965
Parcela A		781.151
Remuneração Bruta de Capital		103.048
Quota de Reintegração Regulatória		62.494
Custos Operacionais		231.957
Receitas Irrecuperáveis		14.159
Custo anual das instalações móveis e imóveis		22.565
Parcela B		434.223
Receita Requerida (Parcela A +B)		1.215.375
(-) Índice de Produtividade da Parcela B		3.872
(-) Outras Receitas		9.507
Receita Requerida para Reposicionamento Tarifario	(2)	1.201.996
Componentes Financeiros	(3)	(3.082)
CVA		5.524
Sobrecontratação		(12.460)
Subsídio Irrigantes e Aquicultores/Cons Livre Fonte Icentivada/ Geração Fonte Icentivada/Autoprodutores		10.872
Exposição financeira		1.140
Programa Social Luz Para Todos		(2.929)
Parcela de Ajuste Conexão		(100)
Neutralidade		(11.268)
Outros Componentes		6.139
Reposicionamento Econômico [(2) / (1)]	(4)	4,11%
Componentes Financeiros [(3) / (2)]	(5)	-0,25%
Reposicionamento Tarifário [(4) + (5)]		3,86%

(*) Informação não auditada

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre		48.370	62.858
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	(1)	760.483	949.933
		<u>808.853</u>	<u>1.012.791</u>

(1) Vide comentários nota (a), acima.

(d) Outras receitas

	31/12/13	31/12/12
Renda da prestação de serviços	3.478	1.829
Arrendamentos e aluguéis	8.962	8.324
Serviço taxado	3.468	3.115
Taxa de iluminação pública	3.708	3.274
Comissão serviços de terceiros	203	324
Multa infração consumidor	315	198
Ressarcimento Energia	29.447	6.177
Outras receitas	135	1.196
	<u>49.716</u>	<u>24.437</u>

(1) O ressarcimento de energia ocorre para a distribuidora quando da indisponibilidade e/ou geração de energia das usinas térmicas inferior ao Despacho do ONS (Operador Nacional do Sistema), para fazer face aos custos adicionais do despacho de usinas mais caras.

(e) Deduções da receita bruta

	31/12/13	31/12/12
IMPOSTOS		
ICMS	(313.749)	(330.314)
PIS	(30.004)	(29.290)
COFINS	(138.202)	(134.911)
ISS	(766)	(991)
ENCARGOS SETORIAIS		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(1.169)	(11.545)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(2.882)	(10.284)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(2.553)	(41.056)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(5.600)	(5.648)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(2.358)	(2.298)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(1.179)	(1.149)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.358)	(2.298)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(3.964)	(3.528)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	-	(3.447)
Total	<u>(504.784)</u>	<u>(576.759)</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	31/12/13				31/12/12	
		Despesas	Despesas			
	Custos dos	com	gerais e			
Ref.	serviços	vendas	administrativas	Total	Total	
Pessoal	(a)	(24.886)	(12.664)	(31.419)	(68.969)	(61.053)
Administradores		-	-	(2.211)	(2.211)	(2.759)
Entidade de previdência privada		(1.523)	(453)	(930)	(2.906)	296
Material		(3.234)	(42)	(652)	(3.928)	(4.232)
Serviços de terceiros		(36.772)	(29.357)	(30.516)	(96.645)	(99.453)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE		(2.560)	-	-	(2.560)	(2.541)
Energia elétrica comprada para revenda	(b)	(658.192)	-	-	(658.192)	(620.243)
Encargos de uso de rede	(c)	(56.573)	-	-	(56.573)	(98.057)
Amortização	(d)	(42.850)	(9.332)	(10.886)	(63.068)	(51.234)
Arrendamentos e aluguéis		(33)	(138)	(414)	(585)	(617)
Tributos		(118)	(1)	(717)	(836)	(701)
Provisões líquidas - PCLD		-	10.088	-	10.088	(8.717)
Perdas conta a receber/consumidores		-	(16.237)	-	(16.237)	(7.797)
Provisões líquidas - contingências		-	-	(2.270)	(2.270)	288
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(189.075)	-	-	(189.075)	(207.830)
Outros ganhos / perdas / alienação / cancelamento /desativação		-	-	(1.100)	(1.100)	(4.319)
Outros	(e)	(1.888)	(3.577)	(10.624)	(16.089)	(10.838)
Total custos / despesas		(1.017.704)	(61.713)	(91.739)	(1.171.156)	(1.179.807)

(a) Custo e despesa de pessoal

	31/12/13	31/12/12
Remunerações	(39.838)	(39.576)
Encargos sociais	(18.836)	(17.712)
Auxílio alimentação	(4.854)	(4.521)
Convênio assistencial e outros benefícios	(3.803)	(3.577)
Rescisões	(3.670)	(1.784)
Férias e 13º salário	(7.608)	(6.540)
Plano de saúde	(2.523)	(2.058)
Contencioso trabalhista	(1.774)	(9)
Participação nos resultados	(7.416)	(5.399)
Encerramento de ordem em curso	(115)	(192)
(-) Transferências para ordens	21.468	20.315
Total	<u>(68.969)</u>	<u>(61.053)</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Custo com energia elétrica comprada para revenda

	31/12/13		31/12/12	
	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)
Terceiros	(691.885)	4.303.971	(620.392)	4.130.363
Partes relacionadas	(8.489)	762.120	(8.036)	764.208
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	(55.745)	-	(15.152)	-
Proinfa	(21.665)	108.083	(18.183)	106.337
Encargos de Energia de Reserva - EER	(3.079)	-	(8.835)	-
Recursos CDE	41.340	-	-	-
Créditos de PIS e COFINS	81.331	-	50.355	-
Total	<u>(658.192)</u>	<u>5.174.174</u>	<u>(620.243)</u>	<u>5.000.908</u>

(*) Informação não auditada.

(c) Custo com encargos de uso da rede

	31/12/13	31/12/12
Terceiros	(45.926)	(88.156)
Partes relacionadas	(66)	(111)
Encargos Serviço Sistema - ESS	(62.840)	(17.569)
Recursos CDE	47.621	-
Crédito PIS / COFINS	4.638	7.779
Total	<u>(56.573)</u>	<u>(98.057)</u>

(d) Amortização

	31/12/13	31/12/12
Quota de amortização no exercício	(63.966)	(52.231)
(-) Crédito PIS/COFINS	898	997
	<u>(63.068)</u>	<u>(51.234)</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Outros custos e despesas

	31/12/13	31/12/12
Seguros	(329)	(416)
Doações e contribuições	(758)	(597)
Recuperação de despesa	425	60
Publicações e avisos de desligamentos	(23)	(25)
Órgãos de classe do Setor Elétrico	(882)	(739)
Despesas de viagem	(1.441)	(1.396)
Consumo próprio e energia elétrica	(73)	(75)
Propaganda e publicidade	(899)	(649)
Indenização processos cíveis e fiscais	(7.920)	(3.667)
Alimentação	(1.277)	(452)
Encerramento de ordem em curso	(66)	(238)
Contencioso trabalhista - terceiros	(162)	(371)
Outros	(2.684)	(2.273)
Total	<u>(16.089)</u>	<u>(10.838)</u>

29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receita Financeira	31/12/13	31/12/12
Renda de aplicações financeiras	14.699	16.710
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	32.103	32.623
Variação monetária	29.676	10.910
Variação cambial	2.386	2.386
Operações swap	11.806	6.507
Receita Financeira da Concessão	14.866	20.915
Outras receitas financeiras	1.921	1.465
Total	<u>107.457</u>	<u>91.516</u>

Despesa Financeira	31/12/13	31/12/12
Encargos de dívida	(43.686)	(48.735)
Variação monetária	(17.814)	(41.066)
Variação cambial	(8.874)	(3.987)
Operações swap	(2.704)	(3.138)
Multas regulatórias	(1.772)	(2.238)
Perda acréscimos moratórios	1.362	(1.907)
Outras despesas financeiras	(4.841)	(3.294)
Total	<u>(78.329)</u>	<u>(104.365)</u>

30. PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS

A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº. 10.101/00 e artigo nº. 189 da Lei nº. 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante desta participação para o exercício de 2013 foi de R\$ 7.416 (R\$ 5.399 em 31 de dezembro de 2012).

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Natureza de Operação	31/12/13			31/12/12		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	129	-	-	107	-
CELPE	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	639	29	-	383	84	-
TERMOPERNAMBUCO	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	133	-	-	13	-
ITAPEBI	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	1.004	9	-	601	61	-
GERAÇÃO CIII	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	3	-	-	11	-
NC ENERGIA	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	8	-	-	15	-
NEOENERGIA SERVIÇOS	(c)	Prestação de serviço	-	217	(2.819)	-	87	(2.734)
BAGUARI I	(a)	Energia comprada	-	187	(1.482)	-	181	(1.403)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	5	-	-	10	-
			-	192	(1.482)	-	191	(1.403)
BAHIA PCH I	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	5	-	-	6	-
RIO PCH I	(a)	Energia comprada	-	116	(916)	-	112	(867)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	5	-	-	6	-
			-	121	(916)	-	118	(867)
NEOENERGIA INVESTIMENTOS	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	-	-	-	3	-
GOIAS SUL	(a)	Energia comprada	-	115	(913)	-	112	(864)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	3	-	-	3	-
			-	118	(913)	-	115	(864)
SE NARANDIBA	(b)	Uso da Rede	-	-	(7)	-	1	(11)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	-	-	-	4	-
			-	-	(7)	-	5	(11)
AFLUENTE GERAÇÃO	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	-	-	-	4	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(b)	Uso da Rede	-	4	(59)	-	12	(100)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	7	-	-	21	-
			-	11	(59)	-	33	(100)
BELOMONTE PARTICIPAÇÕES	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	-	-	-	1	-
ÁGUAS DA PEDRA	(a)	Energia comprada	-	654	(5.178)	-	641	(4.902)
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	19	-	-	43	-
			-	673	(5.178)	-	684	(4.902)
CIA. TELES PIRES	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	153	-	-	64	-
ENERGY WORKS	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	8	-	-	11	-
CAPUAVA	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	3	-	-	7	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	2	-	-	18	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	1	-	-	3	-
CALANGO 1	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	1	-	-	10	-
CALANGO 2	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	3	-	-	24	-
CALANGO 3	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	3	-	-	25	-
CALANGO 4	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	1	-	-	11	-
CALANGO 5	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	1	-	-	23	-
MEL 2	(a)	Energia comprada	-	-	419	-	-	-
	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	2	-	-	4	-
			-	2	419	-	4	-
ARIZONA 1	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	4	-	-	28	-
CAETITÊ 1	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	1	-	-	16	-
CAETITÊ 2	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	2	-	-	23	-
CAETITÊ 3	(e)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	2	-	-	21	-
Banco do Brasil S.A.	(d)	Empréstimos e Financiamentos	-	132.790	(18.754)	7.821	265.067	(23.093)
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	-	-	-	12.186	-
		Juros sobre capital próprio	-	32.871	(32.871)	-	30.547	(30.547)
		Debêntures - Aplicação / Emissão	-	27	-	-	493	-
		Aluguel/Comodato	-	-	-	-	19	(211)
			-	32.898	(32.871)	-	43.245	(30.758)
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	-	-	-	224	-
		Juros sobre capital próprio	-	605	(605)	-	562	(562)
			-	605	(605)	-	786	(562)
Iberdrola Energia S.A.		Dividendos	-	-	-	-	1.020	-
		Juros sobre capital próprio	-	2.339	(2.339)	-	2.174	(2.174)
			-	2.339	(2.339)	-	3.194	(2.174)
Amara Brasil	(c)	Prestação de serviço (almoxarifado)	-	95	(1.265)	-	76	(1.324)
Outros Minoritários		Dividendos	-	811	-	-	1.815	-
		Juros sobre capital próprio	-	2.445	(2.445)	-	2.265	(2.265)
			-	3.256	(2.445)	-	4.080	(2.265)

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica:

Baguari I – Contrato nº. 4600017985, vigência de 1º de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2039, conforme Resolução ANEEL nº. 589 de 11 de dezembro de 2007.

Rio PCH I – Contrato nº. 4600015569, vigência de 17 de janeiro de 2007 até 31 de dezembro de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº. 1.163 de dezembro de 2007.

Goiás Sul – Contrato nº. 4600017990 e 4600017991, vigência de 1º de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2039, conforme Resoluções Autorizativas ANEEL nº. 881 e 882 de 24 de abril de 2007.

Energética Águas da Pedra – Contrato 4600020539, vigência de 1º de agosto de 2007 até 31 de dezembro de 2040, conforme Resolução Normativa ANEEL nº. 232 de 19 de setembro de 2006.

(b) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluentes – Contrato nº. 4600007603, de uso do sistema de transmissão, entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, COSERN e a Afluentes, com vigência até dezembro de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba – Contrato nº. 4600007603, de uso do sistema de transmissão, entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, COSERN e a SE Narandiba, com vigência até dezembro de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(c) Contratos de Prestação de Serviços

Amara Brasil - Contrato nº. 4600022357, vigência de 16 de agosto de 2011 até 18 de agosto de 2014, conforme Despacho ANEEL nº. 3.326, de 15 de agosto de 2011.

Neoenergia Serviços Ltda – Contrato nº. 4600019864, vigência de 8 de agosto de 2010 até 8 de agosto de 2014, conforme Despacho ANEEL nº. 2.758, de 20 de setembro de 2010.

(d) Contratos de Empréstimos e Aplicações Financeiras

Banco do Brasil – Nota de Crédito Comercial nº. 20/00863-5, com vencimento em 18 de abril de 2014, corrigido mensalmente com base no IRP.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 342.901.057, com vencimento em 24 de abril de 2015, corrigido mensalmente com base no CDI.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 20/00852-X, com vencimento em 14 de abril de 2014, corrigido anualmente com taxa efetiva de 12,149%.

(e) Debêntures Aplicação/Emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

(f) Contrato de locação de imóveis

Neoenergia S/A - Contrato nº 4600020646 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(g) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Mel 2 – Contrato nº. 7005710671, de uso do sistema de distribuição, com vigência até janeiro de 2046, conforme Portaria nº 130 de 24 de fevereiro de 2011 do Ministério de Minas de Energia, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

31.1 Remuneração da administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 1.903 (R\$ 2.399 em 31 de dezembro de 2012), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

32. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e alteração da Deliberação CVM nº. 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 40(R1), a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas financeiras:

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do capital social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e 1º de janeiro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são valores considerados como mantido para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Títulos e valores mobiliários – Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis adquiridos com vencimento acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) - Indenização – Composto pelo reconhecimento das indenizações previstas pela construção de ativos de distribuição que não foram amortizados durante o período de concessão.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ✓ Empréstimos, financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge, classificado como passivo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.

- Instrumentos financeiros derivativos:

Os derivativos são mensurados a valor justo por meio do resultado da mesma forma como as dívidas a eles atreladas. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

- ✓ Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – tem por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo. Esses se apresentam compondo ou compensando os passivos financeiros objetos de proteção, pois serão liquidados em prazo e volumes semelhantes.
- ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo. Esses se apresentam compondo ou compensando os passivos financeiros objetos de proteção, pois serão liquidados em prazo e volumes semelhantes.

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI, e troca de taxa de juros, utilizando swap de taxa prefixada para CDI, conforme descrito a seguir:

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ✓ Operação de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de proteção de fluxo de caixa, vigentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são como segue:

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Valor Justo		Efeito acumulado	
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		31/12/13		Valor a receber/recebido - a pagar/pago	
					31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12				
Contratos de swaps:												
Cosern												
Swap												
Ativa	Bank Of America	08/04/2011	06/05/2016	USD 6M LIBOR + 2,39% a.a. 107,85% do CDI	USD 9.482	USD 9.482	R\$ 15.000	R\$ 15.000	22.461	19.777	2.211	
Passiva									15.219	15.162		
									7.242	4.615		
Swap												
Ativa	Banco do Brasil	06/05/2010	Liquidado em 30/12/2013	12,16% a.a. 99,5 % do CDI	-	-	R\$ 53.000	R\$ 53.000	-	76.157		
Passiva									-	68.336		
									-	7.821		
Swap												
Ativa	Citibank	03/05/2010	03/12/2018	117,65% * (USD Libor 3M+0,97% a.a.) CDI - 104,5% a.a.	USD 85.000	-	R\$ 195.500	R\$ 0	195.184	-	3.352	
Passiva									196.942	-		
									(1.758)	-		

Valor Justo

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. As *assets* possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores práticas.

Para os passivos financeiros classificados como mensurados a valor justo, aos quais são as dívidas vinculadas aos instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (hedge), a Companhia adota a metodologia de determinação de valor justo projetando os fluxos com as características contratuais e a curva da BM&F. Para isso utiliza como taxa de desconto a taxa da ponta passiva do swap contratado. Não existe no mercado liquidez para as dívidas em moeda estrangeira, por isso foi adotada essa metodologia, considerando principalmente que a taxa da ponta passiva do swap reflete a precificação do mercado para o instrumento em questão.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos nesta demonstração. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto no CPC 38 e a comparação com os seus valores justos:

	31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)						
Empréstimos e recebíveis	417.181	417.181	441.666	441.666	433.507	433.507
Contas a receber de clientes e outros	410.515	410.515	441.666	441.666	433.507	433.507
Recurso CDE	6.666	6.666	-	-	-	-
Mantidos até o vencimento	5.543	5.543	8.410	8.410	10.922	10.922
Titulos e valores mobiliários	5.543	5.543	8.410	8.410	10.922	10.922
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	273.210	273.210	129.496	129.496	161.090	161.090
Caixa e equivalentes de caixa	271.382	271.382	124.924	124.924	154.560	154.560
Titulos e valores mobiliários	1.828	1.828	4.572	4.572	6.530	6.530
Disponível para venda	283.476	283.476	226.074	226.074	102.113	102.113
Concessão do Serviço Público - Indenização	283.476	283.476	226.074	226.074	102.113	102.113
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)						
Mensurado pelo custo amortizado	607.374	601.116	657.695	657.597	648.743	670.846
Fornecedores	159.284	159.284	150.660	150.660	91.755	91.755
Empréstimos e financiamentos	411.503	411.503	434.158	434.158	447.448	447.448
Debêntures *	36.587	30.329	72.877	72.779	109.540	131.643
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	207.578	207.578	83.018	83.018	77.783	77.783
Empréstimos e financiamentos	213.062	213.062	95.454	95.454	82.701	82.701
BB AGRO	-	-	(7.821)	(7.821)	(3.187)	(3.187)
Bank of America	(7.242)	(7.242)	(4.615)	(4.615)	(1.731)	(1.731)
Citibank	1.758	1.758	-	-	-	-

* Valor de mercado é meramente informativo

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação conforme previsto pelo CPC 40:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 – Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

31/12/2013				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Ativos financeiros				
Disponível para venda				
Concessão do Serviço Público - Indenização	-	-	283.476	283.476
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	271.382	-	-	271.382
Títulos e valores mobiliários	7.371	-	-	7.371
Passivos				
Passivos financeiros				
Mantidos para negociação				
Empréstimos e Financiamentos				-
Bank of America	-	22.074	-	22.074
Citibank	-	190.987	-	190.987
Outros Passivos financeiros				
Derivativos não designados como hedge				
Bank of America	-	(7.242)	-	(7.242)
Citibank	-	1.758	-	1.758
	<u>278.753</u>	<u>207.577</u>	<u>283.476</u>	<u>769.806</u>

Fatores de risco

- Riscos financeiros
 - ✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo em moeda estrangeira não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2013, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 5.563 (R\$ 3.369, resultado positivo em 2012 e R\$ 2.291, resultado positivo em 1º de janeiro de 2012).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é nulo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

R\$ Mil							
Operação	Moeda	Risco	Cotação	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	2,34	221.588	(32.433)	(40.541)	(48.650)
Swap Ponta Ativa em Dólar			-	222.706	32.597	40.746	48.895
Exposição Líquida					164	205	245

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

✓ Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item “Risco de variação cambial”, a empresa possui swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira indexada a variação cambial, trocando a exposição à variação do Dólar pela exposição à variação do CDI. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui contratos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 91.194 registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no trimestre seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

							R\$ Mil
Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	8,0%	263.187	21.108	15.831	10.554
Aplicações financeiras em SELIC	SELIC	Queda do Selic	8,2%	12	1	1	0
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	8,0%	169.377	(13.584)	(16.980)	(20.376)
Swap Ponta Passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	8,0%	212.161	(17.015)	(21.269)	(25.523)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	5,0%	201.947	(10.097)	(12.621)	(15.145)

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

✓ **Risco de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2013 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 264.190, sendo R\$ 263.187 em fundos exclusivos e R\$ 1.003 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual. Adicionalmente estão inclusos as previsões de fluxo de vencimentos das obrigações vinculadas às garantias oferecidas pela controladora à suas participadas de controle conjunto e coligadas.

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	31/12/2013					Acima de 5 anos
			2014	2015	2016	2017	2018	
Passivos financeiros não derivativos:								
Empréstimos e financiamentos	619.081	941.859	93.522	123.609	140.152	92.894	379.676	112.006
Debêntures	36.587	39.279	39.279	-	-	-	-	-
Fornecedores	150.344	150.344	139.210	11.134	-	-	-	-
Passivos financeiros derivativos								
Não designados como hedge accounting								
Bank of America	(9.973)	(9.973)	970	1.144	(12.087)	-	-	-
Citibank	(39.170)	(39.170)	17.568	19.993	18.755	14.498	(109.984)	-

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos das principais atividades realizadas pela Companhia de distribuição, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes, os consumidores livres e cativos, concessionárias e permissionárias.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a companhia segue as disposições da Política de Crédito da Companhia que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para a Companhia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades-fim da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

Sua principal exposição de risco de crédito é oriundo da possibilidade das empresas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas essas ações estão em conformidade com a regulamentação da atividade.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>01/01/2012</u>
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	271.382	124.924	154.560
Titulos e valores mobiliários	1.828	4.572	6.530
Empréstimos e recebíveis			
Contas a receber de clientes e outros (*)	466.304	508.139	503.513
Recurso CDE	6.666	-	-
Mantidos até o vencimento			
Titulos e valores mobiliários	5.543	8.410	10.922
Disponível para venda			
Concessão do Serviço Público - Indenização	283.476	226.074	102.113

(*) Valor bruto não considerando PCLD

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativa nº 19).

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de encargos do sistema em decorrência do despacho das usinas termoeletricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios, as usinas térmicas disponíveis e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para o próximo ano um novo programa de racionamento.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia são como segue:

Vigência	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018
2014 a 2045	584.955	673.583	754.684	842.480	958.718	26.237.482

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 8 a 30 anos, representam o volume total contratado, pelo preço corrente no final do exercício de 2013, e foram homologados pela ANEEL.

34. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada (R\$)	Prêmio (R\$)
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/2013 à 08/10/2014	59.321.377	82.788
Riscos Nomeados - Imóveis próprios e locados	08/10/2013 à 08/10/2014	42.273.283	58.996
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2013 à 08/10/2014	-	109.015
Veículos	08/10/2013 à 08/10/2014	-	21.833

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Riscos nomeados – imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros), almoxarifados, subestações e usinas – pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, sendo que as subestações e usinas têm cobertura adicional contra danos elétricos e tumulto.

Responsabilidade civil geral – cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O Limite Máximo de Indenização – LMI contratado para a Apólice de Responsabilidade Civil Geral da Companhia é de R\$ 3.000, aplicado por sinistro ou série de sinistros resultantes de um mesmo evento.

A soma de todas as indenizações e despesas pagas pela apólice de Responsabilidade Civil Geral em todos os sinistros reclamados durante a vigência, não poderá exceder, em hipótese alguma, ao limite agregado de uma vez e meia a importância segurada, ou seja, ao valor de R\$. 4.500.

Transporte (Nacional e Internacional) – garante o pagamento de uma indenização ao segurado caso os bens (novos ou usados) em trânsito, transportados através das vias marítimas, fluviais, lacustres, aéreas, rodoviárias ou ferroviárias; devidamente averbados, sofram uma avaria (sinistro), em qualquer localidade do território nacional (transporte nacional) ou no exterior (transporte internacional).

Veículos – coberturas básicas de responsabilidade civil facultativa de veículos, casco e acidentes pessoais coletivos; e coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas e carro reserva por sete dias em caso de sinistro ou roubo. Os veículos são segurados a valor de mercado, tomando como base a “Tabela Fipe”, não tendo um valor fixo a título de importância segurada.

35. QUESTÕES AMBIENTAIS (*)

A COSERN, através do seu compromisso ambiental no ano de 2013, em paralelo com a expansão das Linhas de Distribuição e Subestações e demais atividades no que tange a distribuição de energia elétrica para todo o Estado do Rio Grande do Norte, desenvolveu e continua desenvolvendo atividades voltadas à preservação do meio ambiente e ao aproveitamento consciente dos recursos naturais.

Na constante ampliação do seu sistema, a Cosern investe em tecnologias limpas, como é o caso das redes protegidas e multiplexadas, que representam uma das ações de maior importância no sentido de inibir impactos ambientais negativos, evitando acidentes através do contato com as árvores, reduzindo a necessidade de poda da arborização e melhorando o desempenho e confiabilidade do sistema elétrico, já que apresentam uma convivência harmônica com a vegetação, onde já foram implantados 279 Km, através de um investimento de R\$ 2.790.

Já se encontra em funcionamento, nas ruas da grande Natal o Programa Vale Luz, que recolherá resíduos sólidos recicláveis (latas de bebidas, papel, papelão, plásticos diversos e Tetra Pak), e disponibilizará desconto nas faturas de energia dos moradores de comunidades consideradas de baixa renda da capital e área metropolitana. O projeto também estimula a coleta seletiva de resíduos sólidos e atua na geração de emprego e renda da associação de catadores parceira do projeto.

Em 2013, deu-se a continuação do projeto de estudo pioneiro de substituição de óleo mineral por vegetal, desenvolvido pela Companhia desde 2008, e os resultados do comportamento do óleo vegetal continuam apresentando índices satisfatórios. Tendo em vista que o óleo vegetal se decompõe rapidamente na natureza, se por ventura venha a ocorrer vazamentos.

As boas práticas de gerenciamento ambiental, também estão relacionadas com a contratação de fornecedores e prestadores de serviço, garantindo o comprometimento com o meio ambiente em obediência a legislação ambiental, realizando estudos e apresentando transparência nos procedimentos de licenciamento ambiental, implantando atividades que visam à prevenção e a conservação dos recursos naturais minimizando os impactos ambientais.

	Ativo			Resultado	
	31/12/13	31/12/12	01/01/12	31/12/13	31/12/12
Recursos aplicados	3.258	3.247	315	1.140	1.014

(*) Informações não auditadas.